

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA
AGRÁRIA - INCRA**

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SR-28/DFE

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

03/2010

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA
AGRÁRIA - INCRA**

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SR-28/DFE

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Brasília, 15/Março/2010

Sumário

1.	Identificação de Relatório de Gestão Individual	7
2.	Objetivos e metas institucionais	8
2.1	Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.	8
2.2	Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.	9
2.2.1	Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária	9
2.2.2	Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento .	10
2.2.3	Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento	11
2.2.4	Divisão de Gestão Administrativa.....	14
2.3	Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade.....	15
2.3.1	Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais.....	15
	Principais Ações do Programa	16
2.3.1.1	Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária.....	16
2.3.1.2	Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais.....	18
2.3.1.3	Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária.....	20
2.3.1.4	Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	22
2.3.1.5	Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	24
2.3.2	Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária	26
	Principais Ações do Programa	27
2.3.2.1	Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento.....	27
2.3.2.2	Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento.....	34
2.3.2.3	Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol.....	36
2.3.2.4	Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento	41
2.3.2.5	Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária.....	45
2.3.2.6	Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	47
2.3.2.7	Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas	49

2.3.2.8 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	54
2.3.3 Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas.....	57
Principais Ações do Programa	58
2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural.....	58
2.3.3.2 Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural	61
2.3.3.3 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional	63
2.3.3.4 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais.....	65
2.3.3.5 Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas.....	67
2.3.3.6 Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas....	69
2.3.3.7 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	71
2.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário	73
Principais Ações do Programa	74
2.3.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	74
2.3.5 Programa 1120 – Paz no Campo.....	76
Principais Ações do Programa	77
2.3.5.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas.....	77
2.3.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola	79
Principais Ações do Programa	80
2.3.6.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.	80
2.3.6.2 Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos.....	82
2.3.7 Programa 1350 – Educação no Campo	84
Principais Ações do Programa	85
2.3.7.1 Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo	85
2.3.7.2 Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	89
2.3.7.3 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	91
2.3.7.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	94
2.3.8 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura.....	96
Principais Ações do Programa	97
2.3.8.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados	97

2.3.8.2 Ação 2272 - Gestão do Programa.....	102
2.3.9 Programa 0750 – Apoio Administrativo	104
Principais Ações do Programa	105
2.3.9.1 Ação 2000 - Administração da Unidade	105
2.3.9.2 Ação 2003 - Ações de Informática.....	107
2.4 Desempenho Operacional	109
2.4.1. Programação Orçamentária.....	109
2.4.1.1 Identificação das Unidades Orçamentárias (UO)	109
2.4.1.2 Programação de Despesas Correntes.....	109
2.4.1.3 Programação de Despesas de Capital	109
2.4.1.4 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência.....	109
2.4.1.5 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	110
2.4.2 Execução Orçamentária	111
Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	111
2.4.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação.....	111
2.4.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	113
2.4.2.3. Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	114
2.4.3. Evolução de Gastos Gerais	115
2.4.5. Indicadores de Desempenho	116
3. Informações sobre a composição de Recursos Humanos.....	117
3.1 Composição dos Recursos Humanos	117
3.1.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos	117
3.1.2 Composição e custos de Recursos Humanos	118
3.2 Informações sobre os contratos de terceirização de mão-de-obra.....	120
3.3 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos instituídos pela unidade, informando se não os possuir	121
3.4 Análise crítica sobre a situação dos recursos humanos	122
4. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	123
Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos... Erro! Indicador não definido.	
5. Inscrições em Restos a Pagar no Exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	124
6. Informações sobre transferências (recebidas e realizadas) no Exercício	125
7. Previdência Complementar Patrocinada	126
8. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos.....	127

9.	Renúncias tributárias.....	128
10.	Operações de fundos	129
11	A. Recomendações do Órgão ou da Unidade de Controle Interno	130
11B.	Determinações e recomendações do TCU.....	131
12.	Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício	132
13.	Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV.....	133
14.	Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão	134
15.	Informações Contábeis da Gestão	135
16.	Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins	136

1. Identificação de Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Texto		
Denominação abreviada: INCRA SR28-DFE		
Código SIORG: 29008	Código LOA: 49201	Código SIAFI: 133088
Situação: ativa		
Natureza Jurídica: Autarquia		
Principal Atividade: Administração pública em geral		Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	(061) 3363-2083	(061) 3363-3827
Página da Internet: http://www.incra.gov.br		
Endereço Postal: SIA Trecho 01 – Lotes 1730/1760 – Bloco “D” e “E” e PAB – CEP.: 71.200-010		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Texto (identificação da norma e data de publicação) ...Decreto-Lei 1.110 de 09 de julho de 1970 revigorado pelo Decreto Legislativo 02/89		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Texto (identificação da norma e data de publicação) ...		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
Texto (identificação da norma e data de publicação) ...		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
133088	Superintendência Regional do INCRA no DF e Entorno – SR(28)DFE	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
133088	Superintendência Regional do INCRA no DF e Entorno – SR(28)DFE	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão
133088		37201

2. Objetivos e metas institucionais

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.

A Constituição Federal outorgou à União, por meio do Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária – INCRA a missão de desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei (art. 184, CF).

Nesse pórtico, a razão de existência do INCRA, traduzida nas suas diretrizes estratégicas, incorpora duas importantes vertentes. A responsabilidade de executar a Política de Reforma Agrária, que compreende um conjunto de medidas voltadas para a promoção da melhor distribuição da terra e, simultaneamente, gerenciar a estrutura fundiária nacional, a partir do conhecimento da concentração, regime de domínio, posse e uso da terra e da fiscalização da função social da propriedade.

O universo de atuação do INCRA/SR-28/DFE abrange todo o nordeste goiano, noroeste mineiro, o Distrito Federal e o entorno, com 176 assentamentos (tendo sido criados, somente em 2009, 16 PA's, com 2.127 famílias), beneficiando 13.169 famílias assentadas (em 2009 foram 2.523). Seu desempenho global em 2009 apresenta significativos índices de produtividade. Neste exercício, mesmo diante de limitações orçamentárias, financeiras e operacionais as ações vinculadas aos processos de obtenção de terra e assentamento de famílias permitiram a incorporação de milhares de hectares à reforma agrária.

Expressivos resultados foram alcançados na qualificação dos assentamentos rurais e na melhoria da qualidade de vida dos assentados, via o licenciamento ambiental, no acesso a infra-estrutura física e social, viabilizados pela articulação com outras políticas pública.

A continuidade das ações de três importantes programas foi essencial para reforçar o desenvolvimento das áreas reformadas. A Assistência Técnica, Social e Ambiental (Ates), a Educação na Reforma Agrária (Pronera) e o Fomento à Agroindustrialização e Comercialização (Terra Sol).

Por outra parte a intensificação das ações do Programa de Regularização Fundiária do INCRA foi decisiva no combate à grilagem de terras e na segurança jurídica da posse, condição que autoriza o acesso do trabalhador rural a linhas de crédito e assistência técnica.

A modernização do cadastro rural permitiu, desde o mês de dezembro/2009, a emissão do Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR) via *internet*. Esta medida desburocratiza o acesso do cidadão, confere agilidade e transparência no processo de certificação cadastral. Um forte indicador do êxito dessa ação é o numero de certificados emitidos via *internet*.

As conquistas, dentre outras, aqui preliminarmente relatadas confirmam a importância estratégica do INCRA na execução dessas políticas públicas e reafirmam a posição da Reforma Agrária e do Ordenamento Fundiário como políticas centrais para o desenvolvimento sustentável do País.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.

2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

As ações que compete a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária foram programadas para o exercício de 2009, visando atender as demandas dos movimentos sociais de trabalhadores rurais e pendências do ano anterior. Os resultados alcançados foram satisfatórios, uma vez que a equipe técnica que executou estas ações é pequena e o suporte técnico deficiente.

Os entraves que detectamos para executar qualquer ação se encontram nos fatos abaixo relacionados:

1. Insuficiência de pessoal para diversos setores, pois, um servidor atende quase todos os setores;
2. Recurso disponibilizado fora da previsão determinada no planejamento, muitas vezes no final do ano;
3. Equipamentos e programas de computador obsoletos ou ausentes;
4. Mudança da sede da superintendência ocasionou uma parada de aproximadamente 40 dias.

No setor de cadastro encontramos apenas dois servidores no quadro do INCRA e cinco funcionários terceirizados para atender as demandas da nossa jurisdição e demanda da sede do INCRA (sala da cidadania) que foi extinta. Após a finalização de dois convênios para georreferenciar e cadastrar imóveis rurais no entorno a quantidade de cadastros ficou superior ao esperado, dificultando o atendimento satisfatório dos detentores de imóveis rurais. No setor quilombola a dificuldade se deparou no número insuficiente de servidor na área administrativa para digitalização dos relatórios técnicos de identificação e demarcação, bem como no trâmite processual e apenas dois servidores antropólogos para responder por todas as ações, por esta situação ainda não concluíram estas ações. No setor de cartografia a demanda dos movimentos sociais é volumosa para o numero de técnicos que dispõe o setor. São aproximadamente com 13.700 famílias com numerosos problemas topográficos além da fiscalização e vistoria em imóveis visando atender outras divisões. No setor de regularização fundiária a demanda se concentrou em pequenos agricultores rurais localizados em imóveis da união gerando demanda de aproximadamente 950 famílias para serem regularizadas. O numero de servidores é pequeno apenas três para instrução processual e vistoria. No Comitê de Certificação de Imóveis Rurais existem dois funcionários com dedicação exclusiva, onde um é servidor público e outro é estagiário. Para dar maior suporte envolvemos todos os servidores de nível técnico que são credenciados pelo CREA para ajudar na análise técnica, evitando o acúmulo de processos.

2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

Em síntese, informamos que o objetivo central para atender a política pública de assentamento de famílias de trabalhadores rurais sem terra, objetivando o fortalecimento da agricultura familiar cujo resultado social é proporcionar cidadania a esses brasileiros, sem terra, foi alcançado e está retratado na meta de obtenção de imóveis rurais e assentamento de famílias, demonstrado nas tabelas correlatas.

Por outro lado, tem-se que, foram inúmeras as dificuldades enfrentadas ao longo do exercício na implementação das atividades que objetivaram a aquisição de imóveis e principalmente licenciamento ambiental. Sendo esta última, sem sombra de dúvidas, a que apresenta maiores entraves na sua execução. Iniciam-se pela área de atuação abrangendo três Unidades Federativas, cada uma delas com a sua legislação ambiental específica.

Para exemplificar, citamos que em 2009 foram protocolizados dez pedidos de licenciamento prévio junto ao Órgão de Meio Ambiente, no Noroeste Mineiro, sem, contudo, ter-se conseguido até a presente data, a concessão solicitada, decorrendo daí a impossibilidade de criação dos Projetos de Assentamento nos respectivos imóveis.

Na busca de solução para este impasse, foi constituído um grupo de trabalho, envolvendo técnicos da área de meio ambiente das Superintendências Regionais do Distrito Federal e Entorno – SR (28)/DFE e de Minas Gerais – SR(06) e respectivos chefes das Divisões de Obtenção de Terras e SEMAD/BH, que após várias reuniões de trabalho e discussão foi apresentado uma minuta de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, a ser celebrado pelas Instituições envolvidas estabelecendo em seu conteúdo cláusulas e competências de cada ator.

A carência de pessoal qualificado nos quadros do INCRA também representa grande dificuldade para o cumprimento das metas estabelecidas, tendo a necessidade urgente de complementar a força de trabalho relativa a atuação das ações inerentes ao serviço de meio ambiente e recursos naturais, o qual desenvolve destacadamente a ação de licenciamento ambiental, que afeta diretamente na criação, implantação e desenvolvimento dos Projetos de Assentamento.

2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

A atuação da Divisão de Desenvolvimento, no exercício, foi principalmente no sentido de dar maior ênfase aos trabalhos necessários para a regularização de passivos de toda ordem, e organização interna, no intuito de exercer maior controle sobre os trabalhos, em especial quanto ao acompanhamento e fiscalização de convênios e demais parcerias.

A obtenção de Licença Ambiental dos Projetos de Assentamento passou a ser preocupação constante na maioria das ações desempenhadas, principalmente em função do grande número de Projetos de Assentamento antigos sem a devida licença ambiental. Tem-se trabalhado, desde então, no sentido de regularizar esta situação e garantir que os novos assentamentos sejam criados atendendo a este requisito.

Passou-se, também, a atuar intensamente na aplicação do Crédito Instalação, no qual também existia um grande passivo. Muitos recursos foram aplicados em exercícios anteriores em contas governamentais em nome das Associações dos Projetos de Assentamento, e estavam estagnados nas contas sem sua devida operacionalização.

Maior observância do atendimento da norma para firmar convênios e aprovar seus produtos; bem como, melhor controle sobre estes convênios, com a utilização do Sistema de Convênios (SICONV), foram outras estratégias adotadas. A SR-28/DFE possui alguns processos de convênios, em especial quanto à prestação de assistência técnica, em tomada de contas especial. A atual situação sócio-econômica de muitos assentamentos é extremamente precária, e isto decorre, em parte, da inadequada e/ou precária assistência técnica recebida pelas famílias assentadas. Um maior controle sobre o cumprimento das cláusulas contratuais, da qualidade dos produtos apresentados pelas convenentes, e da qualificação técnica da empresa nas propostas apresentadas, todavia, tem resultado em constantes reprovações dos produtos entregues e das novas propostas de convênio, principalmente quanto à Assistência Técnica. Firmaram-se, porém, convênios em outras ações, em especial quanto à implantação de infra-estrutura básica, os quais têm sido desempenhados satisfatoriamente. No Pronera e no Terra Sol também não foram firmadas novas parcerias, devido as necessidades de reorganização/readequação do trabalho.

A maior influência recebida pela SR-28/DFE em suas atividades foi a dos Movimentos Sociais, os quais pressionam a Superintendência constantemente. Há mesmo uma

disputa/rivalidade entre estes Movimentos quando atuam em uma mesma região ou Projeto de Assentamento. Assim, diante do não atendimento de uma demanda específica, invariavelmente acusam gestores e funcionários de preferência por outros Movimentos Sociais. Ademais, normalmente procuram o INCRA Sede no sentido de pressionar o atendimento de suas demandas, exigindo, assim, que a Superintendência constantemente altere suas prioridades, visto que todos os Movimentos consideram as suas demandas prioritárias.

Outro fator que influenciou intensamente os trabalhos foram as decisões do TCU, o qual suspendeu o uso do convênio nas parcerias firmadas com entidades educacionais para atender a demanda do PRONERA. Além disso, o posicionamento do TCU quanto à ausência de Licença de Instalação e Operação (LIO) nos Projetos de Assentamento influenciou diretamente os trabalhos realizados, dando-se maior ênfase à elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) e do Plano de Recuperação do Assentamento (PRA), para posterior encaminhamento do pedido de LIO ao órgão ambiental.

Em relação ao contexto tecnológico, a implantação do Sistema de Convênios (SICONV) é vista positivamente, pois ele tem auxiliado no melhor gerenciamento das propostas de convênio e em seu acompanhamento.

A SR-28/DFE possui muitas limitações internas. Até o final do primeiro semestre de 2009 a Superintendência era sediada em um edifício em situação extremamente precária, além de muito pequeno para comportar adequadamente todos os funcionários. Alguns funcionários faziam rodízio de mesas e cadeiras, pois não havia mesas e cadeiras para todos, assim, como não havia espaço físico para isso. Além disso, um número maior ainda de funcionários não possuía computadores, exigindo o uso compartilhado destes, o que também prejudicava o desenvolvimento dos trabalhos.

Esta problemática foi sanada após a mudança da sede da SR-28/DFE para um edifício maior e em condições estruturais consideravelmente melhores. Isto permitiu a adequada distribuição dos funcionários da Divisão, conforme suas áreas de atuação. Além disso, foram obtidas algumas mesas e armários de outras entidades, bem como, foram adquiridos novos computadores, melhorando muito as condições de trabalho.

Porém, ainda permanecem alguns problemas com material de consumo e permanente. Os recursos destinados para a aquisição destes materiais é insuficiente diante da demanda da SR-28/DFE. Necessita-se de impressoras, máquinas fotográficas, GPS's, notebooks, entre outros. Quanto ao material de consumo, alguns materiais fornecidos

pelas empresas licitadas comumente são de baixa qualidade, o que também prejudica o serviço, pode-se citar em especial grampeadores e canetas.

Foram adotadas algumas medidas como exceção às normas e regras da administração por necessidade do serviço. Autorizou-se a realização de viagens que incluíam os finais de semana avaliando-se o custo benefício destas. Os custos destas viagens seriam maiores com o retorno dos servidores à Brasília (sexta-feira) para final de semana, retornando novamente ao campo na semana seguinte (segunda-feira), especialmente em casos de trabalhos realizados nas regiões mais distantes da sede da SR-28/DFE. O retorno da equipe para o final de semana aumentaria os gastos, pois demandaria mais tempo de viagem.

Outro fator importante neste aspecto é a grande demanda de serviço, em contrapartida ao insuficiente número de servidores e de veículos e a constante pressão dos movimentos sociais.

Quanto à gastos emergenciais e/ou com cartões de pagamento, estes ocorreram principalmente em campo, quando era necessário seu uso para combustível; ou mesmo na sede da SR-28/DFE, quando faltavam materiais de consumo essenciais.

2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa

O evento de maior relevância ocorrido no exercício de 2009, diz respeito à transferência da Sede da Superintendência do Setor de Indústria Gráfica para o Setor de Indústria e Abastecimento, motivada pela ação de despejo movida pelos proprietários do primeiro imóvel.

Alem dos transtornos causados pela transferência em si, esta Administração procedeu à pesquisa no setor imobiliário, na busca de espaço adequado à instalação da Superintendência, alem de preparar a logística da referida mudança.

Esta unidade vem encontrando dificuldades para alcançar seus objetivos e metas, das quais podemos destacar:

- O Edifício Sede da Superintendência apresenta sub-dimensionamento da rede interna de energia e elevadores antigos e sem segurança, não havendo condições por se tratar de imóvel locado.
 - Esta unidade vem sofrendo uma sistemática redução no seu quadro de pessoal, contando atualmente com quantitativo muito aquém da suas necessidades.
- Estas ocorrências determinaram o redimensionamento do uso de equipamentos e a readequação da força de trabalho.

Em face de deficiência de pessoal, esta Unidade fez opção pela manutenção do atual quadro de pessoal terceirizados, alocados nas atividades da área meio, liberando maior numero de servidores efetivos para executar atividades da área fim.

2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a democratização do acesso à terra.

Gerente do programa: Celso Lisboa de Lacerda.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: - Zilson Sá Martins

Indicadores ou parâmetros utilizados: Área em hectares vistoriada – Área em hectares obtidos e incorporados ao Programa Nacional de Reforma Agrária - Número de Famílias Beneficiadas nos Programas de Reforma Agrária;

Público-alvo (beneficiários): Trabalhadores rurais sem-terra.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo¹

¹ Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária.

Descrição: Identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias da Reforma Agrária; acompanhar a movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação); manter atualizado o sistema de informações dos projetos de reforma agrária especialmente no que se refere aos dados sobre a situação econômica, social e ambiental dos projetos de assentamentos (Créditos recebidos, habitação rural e infra-estrutura e produção); emitir relação de beneficiários dos projetos de assentamentos; emitir documentos para o Beneficiário para atendimento da legislação vigente (Contrato de assentamento, Contrato de Crédito, Certidões para fins de Seguridade Social, e Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP).

Coordenador nacional da ação: Nilton Bezerra Guedes

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Família Assentada	2210	3049	0	137,96%

Fonte: PO 2009

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
88.500,00	153.208,22	153.208,22	100%	147.898,22	96,53%	147.898,22	100%

Fonte: SIAFI

A meta física estabelecida para o exercício de 2009 foi cumprida em sua totalidade e ainda extrapolada em 37,96%. Quanto as metas orçamentária e financeira, inicialmente disponibilizadas, foram integralmente cumpridas, merecendo suplementação, também, devidamente aplicada conforme demonstrativo acima.

A suplementação deu-se, principalmente, em face do aumento do valor das diárias o corrido no exercício.

2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção

Descrição: Vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; promoção da declaração de imóveis rurais como de interesse social para fins de reforma agrária; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, e publicação de editais; apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações e notificações a proprietários; custear desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Roberto Ramos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Área Vistoriada	130.500	79.731,7096	28.189,9484	61,10

Fonte: PO 2009

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
294.000,00	686.836,70	686.836,70	100%	668.757,83	97,37%	668.286,37	99,93%

Fonte: SIAFI

A meta física estabelecida para o exercício de 2009, de 130.500,0000ha, foi realizada 61,10% do seu total, o que representa um total de área vistoriada de 79.731,7096ha. A meta física cumprida, inferior à programada, deve-se ao fato de alguns imóveis inicialmente eleitos para a execução das vistorias, não ter sido possível, em tempo hábil, instruir os respectivos processos individuais, com a documentação cartorária indispensável à elaboração das cadeias sucessórias dominiais.

2.3.1.3 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, proporcionando a regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de Reforma Agrária, em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA/INCRA e MMA/IBAMA, sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização ambiental de todos os projetos de assentamento, atendendo ainda ao disposto na Resolução Conama 387/06.

Descrição: Realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio; obtenção e custeio do licenciamento de instalação e operação; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças e publicações; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Carlos Eduardo Portella Sturm

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Licença Ambiental	15	10	5	66,67%

Fonte: PO 2009

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
356.163,00	315.078,25	315.078,25	100%	298.621,75	94,78%	298.621,75	100%

Fonte: SIAFI

Da meta física estabelecida para o exercício de 2009, que previa a protocolização de 15 pedidos de Licença Prévia, foi atingido um percentual de 66,67%, com 10 pedidos protocolizados. Esta é, sem sombra de dúvidas, a ação desta Divisão de Obtenção que apresenta maiores entraves na sua execução. Iniciam-se pela área de atuação abrangendo três Unidades Federativas, cada uma delas com a sua legislação ambiental específica. Para exemplificar, citamos que em 2008 foram protocolizados dez pedidos de licenciamento prévio junto ao Órgão de Meio Ambiente, no Noroeste Mineiro, sem, contudo, ter-se conseguido até a presente data, a concessão solicitada, decorrendo daí a impossibilidade de criação dos Projetos de Assentamento nos respectivos imóveis.

Salienta-se, no entanto, que no mesmo exercício de 2009 foram obtidas 26 Licenças Prévias e 02 Licenças de Instalação e Operação, porém, ainda, muito aquém das necessidades desta Superintendência Regional, dado o passivo gerado nos anos anteriores.

Entende-se que a carência de pessoal qualificado nos quadros do INCRA também representa grande dificuldade para o cumprimento das metas estabelecidas, tendo a necessidade urgente de complementar a força de trabalho relativa a atuação das ações inerentes ao serviço de meio ambiente e recursos naturais, o qual desenvolve destacadamente a ação de licenciamento ambiental, que afeta diretamente na criação, implantação e desenvolvimento dos Projetos de Assentamento.

Da meta orçamentária de R\$ 356.163,00, prevista para o exercício, foi liberado um montante de R\$ 315.078,25, que representa 88,46%, totalmente empenhado, dos quais R\$ 298.621,75 foram definitivamente pagos, conforme demonstrado no Quadro de Execução por Ação, em anexo.

2.3.1.4 Ação 4460 – Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamento de trabalhadores rurais.

Descrição: Obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias em moeda corrente.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Roberto Ramos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Área Obtida	13.102	19.943,6526	0	152,22%

Fonte: PO 2009

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)
27.796.908,92	43.565.245,18	43.565.245,18	156,73%	43565.245,18	100%	43.565.245,18	100%

Fonte: SIAFI

A meta física estabelecida para o exercício de 2009, foi cumprida em sua totalidade e ainda extrapolada em 52,22%. Quanto as metas orçamentária e financeira, também foram cumpridas integralmente e suplementada conforme demonstrado no quadro acima.

Estes números, no entanto, não significam que os trabalhos se desenvolveram sem entraves, mas sim que os esforços despendidos foram direcionados de forma adequada, considerando a força de trabalho disponibilizada, tanto técnica quanto administrativa, visto que, os procedimentos de aquisição de imóveis querem sejam para desapropriação por interesse social quer sejam via decreto 433, requerem uma rigorosa instrução processual, ainda na fase administrativa, iniciando com abertura de processo, pesquisa cartorial, elaboração de cadeia sucessória dominial, notificação prévia ao proprietário, vistoria prévia e para avaliação, classificação fundiária, etc.

2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Nilton Bezerra Guedes

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	-	-	NÃO HÁ	-		#DIV/0!

Fonte: PO 2009

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidadto		Valor Pago		
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)
		0,00	285.207,00	285.207,00	100%	285.207,00	100%	285.207,00

Fonte: SIAFI

No geral a ação 2272 é basicamente destinada ao custeio das atividades necessárias para a execução das atividades fins.

Os recursos da ação mencionada dentro do Programa **4460 – Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária** é destinada prioritariamente para o pagamento de despesas com diárias, passagens, combustível, manutenção de veículos, material de expediente.

Conforme a tabela de execução financeira – orçamentária foi utilizada 100% do recurso no valor de R\$ 285.207,00 (duzentos e oitenta e cinco mil duzentos e sete reais).

2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Desenvolver, recuperar e consolidar assentamentos da Reforma Agrária.

Gerente do programa: César José de Oliveira.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Joaquim Ferreira da Silva Filho

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa:

Taxa de Consolidação de Projetos de Assentamento

Público-alvo (beneficiários): Famílias assentadas.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo²

² Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.2.1 Ação 8396 – Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infra-estrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Priorização, a partir do levantamento das demandas de infra-estrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Família atendida (un.)	922	800	2.990	86,8%

Fonte: SIR - Módulo Monitoramento

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidadado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
5.072.765,00	5.807.880,14	5.807.880,14	100%	1.448.352,41	25%	1.448.352,41	25%

Fonte: SIAFI, Execução Orçamentária e Financeira Superintendências Regionais

A implantação e recuperação de infraestrutura básica em Projetos de Assentamento são de extrema importância para o desenvolvimento sócio-econômico do Assentamento. A infraestrutura básica atua diretamente sobre a produtividade, o beneficiamento e o escoamento da produção, além de ser essencial para garantir qualidade de vida às famílias assentadas.

Os resultados obtidos, no exercício, com as ações de infraestrutura, foram os melhores possíveis, com um percentual de 86,8% de meta realizada, conforme a tabela de execução física, visto que se trata, na maioria dos casos, de recursos básicos para a subsistência das famílias em suas propriedades.

As obras para disponibilizar água aos assentados são vitais para sua fixação no campo. As obras de execução e recuperação de estradas também são sempre necessárias, visto que se trata de um serviço constante, e a cada ano surge a necessidade de recuperar trechos de estradas danificadas pelas chuvas, pelo tráfego intenso e pelo desgaste natural da mesma.

Esses benefícios são sempre solicitados pelos assentados, estando a infraestrutura entre as principais ações necessárias para o sucesso da reforma agrária.

As metas e ações foram atingidas parcialmente, de acordo com a liberação dos recursos financeiros disponíveis para a programação operacional de 2009. Devido a parte de repasses financeiros que ocorreram somente no final do ano, não foi possível a conclusão de várias obras, que iniciaram no final do ano de 2009 e estão em andamento no exercício 2010.

Isto está expresso na tabela de execução financeiro-orçamentária, na qual se verifica a liquidação de apenas 25% dos empenhos emitidos no exercício, no valor total de R\$ 5.807.880,14 (cinco milhões, oitocentos e sete mil, oitocentos e oitenta reais e quatorze centavos). Por conseguinte, 75% do valor empenhado no exercício se refere a empenhos firmados no final do ano, devido, entre outros fatores, à liberação do recurso apenas neste período.

Observa-se que 800 (oitocentas) famílias foram beneficiadas com recursos recebidos no exercício de 2009, enquanto que 5.803 (cinco mil, oitocentas e três) famílias foram beneficiadas com recursos de convênios firmados em anos anteriores.

Foram recuperados aproximadamente 80 km (oitenta quilômetros) de estradas com recursos do exercício 2009, beneficiando 400 (quatrocentas) famílias, nos projetos de assentamento Flores Formoso (Flores De Goiás/GO), Brejinho (Unaí/MG), Campo Verde Unaí/MG), Rio Bonito (Cavalcante/GO) e Mata Grande (São Domingos/GO). Houve, ainda, aproximadamente 806 km (oitocentos e seis quilômetros) recuperados com recursos de anos anteriores, nos projetos de assentamento Jacinto Durães (Padre Bernardo/GO), Canaã (Flores de Goiás/GO), Liberdade (Flores de Goiás/GO), Belo Horizonte (Guarani/GO), Santa Helena (Padre Bernardo/GO), Itaúna (Planaltina de Goiás/GO), Santa Cruz (Formosa/GO), Vanderli Ribeiro dos Santos (Buritis/MG), Vale da Esperança (Formosa/GO), São Pedro Cipó (Unaí/MG), Virgilândia (Formosa/GO), Vitória (Cristalina/GO), Santa Felicidade (Cocalzinho/GO), Cristo Redentor (Buritis/MG), Roça (Arinos/MG), Carro Quebrado (Arinos/MG), Gameleira (Flores de Goiás/GO) e Roseli Nunes (Buritis/MG), beneficiando outras 2.132 (duas mil cento e trinta e duas) famílias. Somando-se 886 km (oitocentos e oitenta e seis quilômetros) de estradas recuperadas, atingindo diretamente 2.532 (duas mil quinhentas e trinta e duas) famílias.

Iniciou-se a execução de implantação de 90 km (noventa quilômetros) de estradas nos projetos de assentamento Santa Maria (São João D'Aliança/GO) e Sílvio Rodrigues (Alto Paraíso/GO), o que beneficiará 277 (duzentos e setenta e sete) famílias.

Quanto aos sistemas de abastecimento de água, foram implantados, com recursos do exercício, 20 (vinte) sistemas, atingindo 400 (quatrocentas) famílias, nos projetos de assentamento Castanheira I e Castanheira II (Flores de Goiás/GO), Vitória (Flores de Goiás/GO), Vazante (Unaí/MG), Santa Cruz (Formosa/GO), Terra Conquistada (Água Fria de Goiás/GO), Mãe das Conquistas (Buritis/MG), Alvorada I e Alvorada II (Alvorada do Norte/GO), Riacho Claro (Arinos/MG) Vanderli Ribeiro dos Santos

(Buritis/MG). Outros 93 (noventa e três) sistemas foram concluídos com recursos de anos anteriores, atingindo 3.279 (três mil duzentos e setenta e nove) famílias, nos projetos de assentamento Nova Esperança (Buritis/MG), Lagoa das Pedras (Cabeceiras/GO), Borá (Arinos/MG), Estrela Guia (Unaí/MG), Cristo Redentor (Buritis/MG), Colônia dos Ciganos (Unaí/MG), Chico Mendes (Arinos/MG), Mata Grande (São Domingos/GO), Bela Vista (Flores de Goiás/GO), Boa Vista (Padre Bernardo/GO), Zumbi dos Palmares (Simolândia/GO), Simolândia (Simolândia/GO), Virgilândia (Formosa/GO), Santa Felicidade (Cocalzinho/GO), Menino Jesus (Unaí/MG), São Pedro Cipó (Unaí/MG), União (Buritis/MG), Curral do Fogo (Unaí/MG), Nova Piratininga (Formosa/GO), Nova Grécia (Posse/GO), Gameleira (Flores de Goiás/GO), Carlos Lamarca (Arinos/MG), Cocal Água Quente (Planaltina/GO), Gabriela Monteiro/DF, Colônia dos Ciganos (Arinos/MG), Piratinga (Formoso/MG), Santa Terezinha (Arinos/MG), Roseli Nunes (Buritis/MG), Riachão (Sitio D'Abadia/GO), Rancharia (Arinos MG) e Canaã (Flores de Goiás/GO). Somou-se, assim, 113 (cento e treze) unidades de sistemas de abastecimento de água concluídas, com 3.679 (três mil seiscentos e setenta e nove) famílias atendidas.

Outras obras também vêm sendo realizadas. Está em execução a construção de uma ponte em concreto de 50 m (cinquenta metros) sobre o rio Paraná, a qual atenderá mais de 353 (trezentos e cinqüenta e três) famílias nos projetos de Assentamentos Vale da Esperança, Nova Piratininga, Palmeiras, Poções, Paraná, Brejão e outros da região, no município de Formosa/GO.

OBRAS EM FASE DE IMPLANTAÇÃO - RECURSOS PO 2009

IT	TIPO/OBRA	MUNICÍPIO/PA	FAMÍLIAS ATENDIDAS	UNIDADE	QUANTIDADE	(R\$) TOTAL	TIPO	CONV. / CONTRATO
1	Sistemas de Abastecimento de Água	DIVERSOS (GO)	270	SISTEMA	5	281.562,87	Licitação ALS Eng. (aditivo)	01.000/2008
2	Manutenção e reparação de estradas vicinais	DIVERSOS (GO/MG)	800	KM	160	1.144.933,21	Licitação ALS Eng. (aditivo)	23.000/2008
3	Instalação e reparação de sistemas de abastecimento de água	DIVERSOS (GO/MG)	800	SISTEMA	20	410.309,83	Licitação Geodril (aditivo)	24.000/2008
4	Sistemas de Abastecimento de Água	DIVERSOS (GO/MG)	480	SISTEMA	17	1.175.017,73	Licitação Geo Brasil	19.000/2009
5	Complementação Estradas Vicinais	São João D'Aliança (GO)	168	KM	40	560.000,00	Convênio	705005/2009
6	Complementação Estradas Vicinais	Alto Paraíso (GO)	109	KM	50	960.000,00	Convênio	704653/2009
7	Sistemas de Abastecimento de Água	Divinópolis(GO)	417	SISTEMA	6	485.000,00	Convênio	704657/2009
8	ponte mista	Formosa (GO)	353	PONTE EM CONCRETO 50 M	1	653.170,00	Convênio	723036/2009
		TOTAL	3.397			5.669.993,64		

Por outro lado, foram concluídas outras 08 (oito) obras com recursos de anos anteriores, sendo 01 (um) centro comunitário no projeto de assentamento Flores Formoso (Formoso/MG) beneficiando 155 (cento e cinqüenta e cinco) famílias e região; outro no Chico Mendes (Arinos/MG) beneficiando 135 (cento e trinta e cinco) famílias e região; e outro no Rancharia (Arinos/MG), beneficiando 45 (quarenta e cinco) famílias e região; um convênio com a prefeitura de São João D'Aliança, para complementação de estradas vicinais nos projetos de assentamento Brejo da Onça, Mingau e Palmital no município, beneficiando 143 (cento e quarenta e três) famílias; um convênio com a prefeitura de Buritis/MG para complementação de estradas vicinais nos projetos de assentamento Gado Bravo, Palmeira Gado Bravo, Mãe das Conquistas, Nova Esperança, União, Unidos Venceremos e Vida Nova no município, beneficiando 276 (duzentos e setenta e seis) famílias; um contrato de execução de sistemas de abastecimento de água nos projetos de assentamento Chico Mendes, Eloi Ferreira da Silva e Riacho Claro, no município de Arinos/MG, Roseli Nunes, União, Unidos Venceremos e Vila Rosa, no município de Buritis/MG, Piratinga e São Francisco, no município de Formoso/MG, Brejinho, Cachoeira, Campo Verde, Palmeirinha, Santa Marta e São Miguel, no município de Unaí/MG, beneficiando aproximadamente 800 (oitocentas) famílias; um sistema de abastecimento de água no projeto de assentamento

Sonho Realizado (Água Fria de Goiás/GO), beneficiando 8 (oito) famílias e uma barragem no projeto de assentamento Vereda II (Padre Bernardo/GO), beneficiando 161 (cento e sessenta e uma) famílias.

Ressalte-se que, além dos atrasos na liberação dos recursos, a dificuldade em operar o sistema de convênios SICONV também atrasou o início de obras objeto de convênios. Várias propostas de convênio foram transferidas para a PO 2010 devido a falta de recursos financeiros, demora na complementação de propostas e também a dificuldade em operar o sistema SICONV.

Os recursos humanos utilizados atualmente para atingir os resultados estão aquém da real necessidade, utilizando-se para a gestão da infraestrutura na SR-28/DFE um quadro de 02 (dois) engenheiros, que são servidores de carreira, e mais 03 (três) assistentes. A estrutura encontra-se carente de outros profissionais necessários para a obtenção de um melhor resultado, verificando-se cada ano a evasão de profissionais do quadro de servidores do órgão, devido aos salários desestimulantes.

Os recursos financeiros são sempre muito abaixo do necessário para a realização de todas as obras de infraestrutura necessárias para atender às necessidades dos projetos de assentamento. Anualmente a disponibilidade financeira para infraestrutura não atinge nem 10% do valor total das necessidades levantadas nos projetos de assentamentos da superintendência.

Quanto à disponibilidade de material utilizado na execução da ação, foi constatado que houve falta de alguns recursos materiais, como, por exemplo, material de controle e acompanhamento (máquinas fotográficas, trenas, GPS, notebooks, etc.) e materiais de escritório (impressoras coloridas, plotter, programa de computador AutoCAD). Foi verificado, ainda, falta constante de recursos para o pagamento de diárias, resultando em constantes atrasos em seu pagamento.

Ressalte-se que estes itens são custeados pela ação 2272, a qual também custeia as atividades de mais outras cinco ações, de modo que os recursos disponibilizados na ação citada acabam sendo insuficientes para a operacionalização de todas as ações dependentes desta.

Os problemas levantados na execução da ação de infraestrutura foram basicamente os citados, em resumo: demora na definição e liberação dos recursos extras da PO 2009, atraso na execução de convênios devido ao programa SICONV, falta de servidores qualificados para auxiliar nos serviços de infraestrutura, falta de recursos materiais para o correto andamento dos trabalhos.

Em todos os itens verificados com problemas, é fato concreto que todos dependem de recursos financeiros extras provenientes da administração pública, exceto quanto ao programa SICONV, a respeito do qual estão sendo providenciados junto à sede do INCRA cursos de capacitação para os servidores.

Quanto as contratação e parcerias, cabe destacar que os convênios com as prefeituras foram de grande importância na busca do atendimento da meta, auxiliando no levantamento e distribuição das demandas e na elaboração de propostas e projetos.

Lembramos, ainda, que é de grande importância a transferência total dos recursos financeiros no início do ano, de modo que o planejamento seja feito de modo global, agilizando as realizações da ação de infraestrutura e colaborando de forma significativa para o atendimento da meta.

Muito embora não tenha ocorrido superação da meta estabelecida para o exercício, avaliam-se os resultados como satisfatórios, sendo que houve uma grande preocupação em obter-se o melhor desempenho possível nesta ação, inclusive por tratar-se de uma ação prioritária.

2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais e identificação do perímetro das parcelas (lotes).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Famílias Atendidas	2.179,000	1848	3.297,0000	

Fonte: PO 2009

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
1.139.215,00	1.330.787,50	1.330.783,50	100%	99.860,18	7,50%	99.860,18	100%

Fonte: SIAFI

Recursos destinados para contratação de três empresas vencedoras de licitação (pregão eletrônico SRP nº 011 de 2009) com finalidade de georreferenciar e atualizar situação encontrada nos vinte projetos de assentamentos licitados em 2009.

Ação que vem se tornando solução uma vez que existe uma falta de servidores no setor para atender esta demanda, que hoje representa 190 Projetos de Assentamentos, e, até este pregão foram georreferenciados 30 projetos, onde apenas 4 foram feitos por servidores do INCRA.

É preciso salientar que no exercício 2008 foi realizado licitação para medição topográfica de 23 Projetos de Assentamento onde nos anos de 2008 e 2009 essas ações foram se realizando por intermédio das quatro empresas vencedoras do pregão eletrônico. Foram beneficiadas 1434 famílias ficando para o exercício de 2010 beneficiarmos outras 1187 famílias.

2.3.2.3 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Viabilizar o incremento de renda dos Projetos de assentamentos Rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiência e potencialidades locais.

Descrição: a) Apoio à implantação e recuperação de agroindústrias: contratação de serviços de consultoria e/ou assessoria técnica para os projetos de agroindústrias existentes e aos novos; capacitação de multiplicadores (técnicos e agricultores); sensibilização e organização de produtores; apoio à realização de diagnóstico para identificação de oportunidades de negócios; e apoio à implantação e recuperação de edificações e equipamentos b) apoio às ações de inserção mercadológica da produção dos assentados: apoio à realização de pesquisa de mercado; apoio à divulgação e vendas dos produtos da reforma agrária; e apoio ao desenvolvimento de logotipos e embalagens adequadas ao mercado; c) capacitação dos beneficiários (homens e mulheres) e jovens em gestão administrativa, associativismo e cooperativismo, comercialização, processamento de alimentos e boas práticas de fabricação; d) implantação de projetos pluriativos solidários: apoio ao estabelecimento de parcerias institucionais para viabilizar e estruturar os sistemas de produção, tendo em vista uma transição agroecológica; e) valorização dos produtos e serviços oferecidos pelos assentados, apoiando a diversificação das economias e potencialidades locais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Silvia Regina Barguil

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	691	A	4	Família beneficiada (un.)	0	0	0	0,0%

Fonte: SIR - Módulo Monitoramento

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidadado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI, Execução Orçamentária e Financeira Superintendências Regionais

A Ação 4320, Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização (Terra Sol), tem por objetivo incrementar a renda das famílias assentadas, auxiliando-as no desenvolvimento de atividades sócio-econômicas sustentáveis, enfocando, principalmente a comercialização e as atividades pluriativas.

É uma ação direcionada para Projetos de Assentamento implantados ou reconhecidos pelo INCRA, em fase de estruturação ou consolidação, sendo que os recursos são aplicados na forma de projetos que beneficiem uma coletividade do Projeto de Assentamento.

Os beneficiários devem participar de todas as fases do projeto, incluindo sua formulação e sua implementação. A matéria prima a ser utilizada nas atividades do projeto deve ser proveniente, em sua maioria, do próprio Projeto de Assentamento em que o projeto é implantado. Lembrando, ainda, que estes projetos devem prever também a capacitação dos beneficiários responsáveis pela execução das atividades.

Tanto o INCRA quanto os proponentes do projeto devem procurar parcerias para viabilizar o projeto. Não obstante, a Superintendência Regional pode executar os projetos de forma direta.

A Superintendência Regional desempenha papel fundamental nesta ação em relação à divulgação da ação e orientação quanto à elaboração e procedimentos para o enquadramento de projetos na Ação; análise, seleção, aprovação e gestão dos projetos; encaminhamento dos projetos aprovados ao INCRA Sede; realização dos trâmites

processuais para a alocação dos recursos orçamentários e financeiros; e acompanhamento da execução dos projetos.

Conforme se verifica na tabela de execução física apresentada, os valores são nulos, pois nenhuma parceria foi firmada no exercício e nenhum projeto financiado com recursos de anos anteriores foi concluído.

Também na tabela de execução financeiro-orçamentária observa-se que nenhum recurso foi destinado à SR-28/DFE para a execução desta ação, mais uma vez demonstrando a inexistência de parcerias firmadas no exercício.

Ressalte-se que a execução desta ação depende da apresentação de Projeto de Investimento por grupo de assentados. Muito embora tenham sido apresentados alguns projetos para análise tanto no exercício de 2008, quanto no exercício de 2009, não havia nenhum projeto aprovado no início de 2009, motivo pelo qual não foi firmada qualquer parceria.

A não aprovação dos projetos de investimento apresentados decorreu de sua inadequação à norma. Em sua maioria, não contemplavam itens importantes, dentre os quais podemos citar o Projeto Básico da obra de engenharia, Projeto Executivo, Relação de Beneficiários a serem contemplados e técnico responsável. Além disso, muitos projetos possuíam, entre os itens a serem financiados, veículos, semoventes e insumos agrícolas, os quais não são financiáveis pelo Terra Sol.

Não obstante, recepcionou-se novos Projetos de Investimento no exercício de 2009, os quais foram analisados e, aqueles que adequaram-se às exigências da norma, estão em vias de aprovação, devendo vir a se somar à meta prevista na PO 2010.

Acrescente-se, contudo, que ainda é relativamente baixo o número de projetos apresentados, visto que o Terra Sol ainda não está suficientemente difundido no meio rural.

Além das atividades de informação e orientação para elaboração de projetos, executou-se, no exercício de 2009, atividades de tombamento de alguns bens financiados, de fiscalização e de acompanhamento da aplicação de recursos, de 06 (seis) parceiras realizadas em exercícios anteriores. Estas parcerias foram firmadas nos exercícios de 2007 e 2008, visando atender a 11 (onze) Projetos de Assentamento, beneficiando 1.147 (um mil, cento e quarenta e sete) famílias, e somando o valor de R\$ 478.639,28 (quatrocentos e setenta e oito mil seiscentos e trinta e nove reais, e vinte e oito centavos). Lembramos que estes projetos de investimento ainda não foram concluídos.

Permanecem, contudo, diversos problemas limitadores da ação.

O quadro de servidores da SR-28/DFE é escasso, sendo que atualmente 02 (dois) técnicos em agropecuária respondem pela ação. Entretanto, estes servidores não possuem dedicação integral ao Terra Sol, desempenhando simultaneamente outras atividades.

Acrescente-se a isso a carência de veículos e de recursos para combustível e diária, dificultando as atividades de acompanhamento e fiscalização das parcerias firmadas. Estas atividades são financiadas pela ação 2272, que também custeia outras cinco ações do Programa 0137, sendo todas diretamente dependentes da realização de constantes trabalhos de campo, de modo que o recurso recebido na referida ação comumente é insuficiente para atender à toda a demanda.

Devido ao precário acompanhamento e fiscalização que vinha sendo realizado, foram identificadas diversas irregularidades em parcerias firmadas em anos anteriores, com desvio de finalidade de bens transferidos, ausência da produção a qual o projeto se destinava a beneficiar, entre outros.

Não obstante, as parcerias são imprescindíveis para a execução desta ação. Muito embora o INCRA possa executar os projetos diretamente, como já mencionado, esta Superintendência não possui corpo técnico para o desempenho desta função.

A transferência de bens financiados pelo Terra Sol às Associações de Projetos de Assentamento possibilita a ampliação da abrangência desta ação e, principalmente, facilita aos assentados investir no beneficiamento de sua produção e na ampliação dos canais de escoamento dessa produção.

Esta transferência de bens para os Projetos de Assentamento possui papel fundamental na geração de renda para estes Assentamentos. Entretanto, há a desvantagem de má utilização dos bens transferidos ou sua utilização indevida, inclusive, fora do local especificado, com desvio de finalidade.

Até o presente os resultados alcançados no exercício de 2009 não tiveram impacto direto sobre a meta física, visto que atuou-se no saneamento dos problemas que vêm dificultando um melhor desempenho da Superintendência nesta ação. Estes resultados vinculam-se mais à organização interna e à informação e orientação dos interessados a fim de melhorar os projetos de investimento apresentados, adequando-os à norma.

Acredita-se que os resultados deste trabalho exerçerão influência positiva sobre a meta física a ser executada no decorrer de 2010.

Por fim, ressaltamos que apesar da ação 4320 não se incluir entre as ações prioritárias definidas pela LDO, tem-se trabalhado no sentido de melhorar suas metas físicas,

apresentado resultados positivos já no ano de 2010, corrigindo-se, ainda, as distorções verificadas nas parcerias firmadas nos exercícios anteriores.

2.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas.

Descrição: a) Conceder documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) Realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) Realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redestinação; d) Realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Silvia Regina Barguil

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	4	Documento de titulação expedido (un.)	0	114	-	-

Fonte: SIR - Módulo Monitoramento

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)
-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI, Execução Orçamentária e Financeira Superintendências Regionais

A ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento é uma atividade sucessivamente realizada na SR-28/DFE através das constantes vistorias em Projetos de Assentamento. Infelizmente, tem-se no presente uma grande rotatividade de parcelas em alguns Projetos de Reforma Agrária, ensejando a invariável realização de novas vistorias e supervisões ocupacionais.

Através das vistorias e supervisões verificam-se as parcelas abandonadas ou irregularmente ocupadas, providenciando-se sua regularização. Concomitantemente, verifica-se se os demais parceleiros estão cumprindo os termos do Contrato de Assentamento.

Este trabalho é constante, porém, há 173 (cento e setenta e três) Projetos de Assentamento sob a jurisdição da SR-28/DFE, com 13.169 (treze mil cento e sessenta e nove) famílias assentadas. Em contrapartida, 20 (vinte) servidores executam as atividades desta ação e, simultaneamente, atuam na fiscalização e acompanhamento das ações 4320 e 0427. Aliado a isso, tem-se uma pequena frota de veículos para realizar todo o trabalho de campo na extensa área de atuação da SR-28/DFE, o que exige a constante contratação de aluguel de veículos.

Deveria ser realizada pelo menos uma vistoria anualmente em cada Projeto de Assentamento, o que, infelizmente, é prejudicado pelo exíguo quadro de servidores da SR-28/DFE e a grande demanda de trabalho existente. Assim, as vistorias geralmente são direcionadas aos Projetos de Assentamento que estão em vias de receber recursos

creditícios, financiamento de projetos de investimento e/ou dos quais se recebeu denúncias de irregularidades.

Verifica-se na tabela de execução física que não houve previsão de meta na PO 2009, houve, porém, a emissão de 114 (cento e quatorze) Contratos de Concessão de Uso. Lembramos que este é o número de contratos emitidos no exercício e que foram efetivamente publicados pelo INCRA Sede, ou seja, este valor é parcial, pois foram emitidos muito mais contratos, os quais, por problemas internos, não chegaram a ser publicados.

Outrossim, há muitas áreas de terra adquiridas ou desapropriadas no exercício, em que se encontra um grande número de famílias de sem-terra já cadastradas. Porém, estas famílias não foram homologadas, pois os Projetos de Assentamento ainda não puderam ser criados devido à inexistência de Licença Prévia (LP). Atualmente, a criação destes projetos está na dependência da assinatura de Termo de Ajuste de Conduta (TAC), que se encontra em sua fase final de efetivação.

Quanto à tabela de execução financeiro-orçamentária, observa-se que nenhum recurso foi repassado para a execução desta ação. Ressalte-se que, como se trata de uma ação executada diretamente por funcionários do INCRA, não ocorre a contratação de parcerias e a transferência de recursos. Assim, todos os recursos necessários para a realização dos trabalhos provieram da ação 2272, visto que os recursos se destinaram, em sua maioria, ao custeio de diárias e combustível para a realização dos trabalhos de campo.

Neste aspecto, ressaltamos a insuficiência de recursos para a realização destes trabalhos, com sua constante falta para o pagamento de diárias e combustíveis, o que, inclusive, paralisou, por alguns meses, a realização dos trabalhos, prejudicando as diversas ações dependentes de vistorias, supervisões, acompanhamento e fiscalização com recursos da ação 2272. Grande parcela deste recurso foi liberada somente nas últimas semanas do exercício, resultando, por fim, na devolução de parte destes recursos devido à impossibilidade de realizar todo o trabalho prejudicado no decorrer do ano.

No exercício foram realizadas inúmeras vistorias e supervisões ocupacionais, as quais resultaram na regularização e emissão dos títulos apresentados na tabela de execução física; assim como, na emissão de títulos que já estão sendo emitidos e que ainda serão emitidos no exercício de 2010.

Muito embora se constitua em meta não prioritária na LDO, esta ação é imprescindível para o adequado desenvolvimento do trabalho das demais ações de desenvolvimento

dos Projetos de Assentamento, motivo pelo qual o maior número de servidores está concentrado nesta ação, sendo, ainda assim, insuficiente, por atuar também na fiscalização e acompanhamento de outras ações.

Novos servidores são constantemente solicitados ao INCRA Sede, de modo que acredita-se na realização de Concurso Público em breve para a contratação de novos servidores, não obstante, não se sabe quantos novos profissionais deverão vir a ser contratados para a SR-28/DFE. Sabe-se unicamente que nos últimos Concursos Públicos realizados foi contratado um pequeno contingente de servidores para a SR-28/DFE, insuficiente para suprir a insuficiência existente, e muitos destes servidores já foram exonerados à pedido, devido à defasagem dos salários e as precárias condições de trabalho. Em síntese, a SR-28/DFE, para normalizar o seu quadro de servidores, tornando-o compatível com a sua demanda de trabalho, deveria contratar, hoje, no mínimo, mais 50 (cinquenta) servidores.

2.3.2.5 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Consolidar e emancipar 70 projetos de assentamento originários do Acordo de Empréstimo nº 1248 firmado com o BID e encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Descrição: a) Fortalecimento da organização das famílias assentadas e intensificação da participação ativa das mesmas nas tomadas de decisão, na gestão de recursos financeiros e execução de obras, serviços e ações financiadas; b) execução dos planos de consolidação de assentamento - PCA, com investimentos complementares em infraestrutura socioeconômica; c) monitoramento e acompanhamento do projeto. O escopo desta ação se restringe aos 70 projetos de assentamento não consolidados e emancipados: São João das Neves (MA); Brinco de Ouro, Chico Mendes, Novo Horizonte II, Rosário, Nova Vida II, Guarapes, Canto da Ilha de Cima, Antonio Conselheiro, Bonsucesso, Auora da Serra, Poço Novo e Nova Vida (RN); Jacaré Curituba I a VIII (SE); Ireno Alves, Nova Fartura e Nova Terra (PR); Santa Alice, Apolo, Recanto, Posto Novo, Bom Será, Cerro dos Munhoz, Piratini, Alegrias, São Manoel, Jaguarão e Vimão (RS); Aldeia, Palmeiras, São Judas, Sta Guilhermina, Tamarindeiro II, Paiolzinho, Taquara e Taquaral (MS); Caetés, Paulo Freire, 14 de agosto, 4 de outubro, 28 de outubro, Sto Antonio da Fartura, Guapirama, Jandira, Sadia II, Vale Verde, Campo Limpo, Vale do Sol, Riozinho, Rio Branco, Fartura e Independente I (MT); e Rio das Pedras, Tapera, Campo Novo, Pontal dos Arantes, Barro Azul, Mamoneiras, Mangal, Saco do Rio Preto, Vazante, Paraíso e Corrente (MG).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Silvia Regina Barguil

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	P	4	Projeto consolidado (un.)	0	0	0	0,0%

Fonte: SIR - Módulo Monitoramento

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI, Execução Orçamentária e Financeira Superintendências Regionais

A SR-28/DFE não possui Projetos de Assentamento integrantes do Acordo de Empréstimo nº 1248 firmado com o BID. Também não há projetos de Assentamento consolidados ou em vias de emancipação sob a jurisdição da SR-28/DFE.

Por conseguinte, conforme é possível verificar nas tabelas de execução física e execução financeiro-orçamentária, não houve meta física prevista e/ou realizada, bem como, também não foram disponibilizados recursos para esta ação.

2.3.2.6 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Implantar projetos de manejo, recuperação, conservação e monitoramento do uso de Recursos Naturais, visando a recuperação ambiental de áreas protegidas por regramento jurídico e a promoção da gestão ambiental e o manejo florestal em projetos de assentamentos da reforma agrária.

Descrição: Implantação de projetos de recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal; realização de práticas tecnológicas que visem à recuperação dos solos; cumprimento das condicionantes definidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental, no que se refere à conservação de áreas protegidas por regras jurídicas; estimular a implementação do manejo florestal sustentável e do manejo de fauna como atividade produtiva básica ou complementar dos assentamentos; sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da conservação e/ou recuperação de áreas degradadas e/ou protegidas; monitorar a utilização dos recursos naturais nos assentamentos; realizar materialização (demarcação/cercamento) das Áreas de Reserva.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Carlos Eduardo Portella Sturm

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	4	Unidade familiar de produção atendida (un.)	83	0	0	0,0%

Fonte: SIR - Módulo Monitoramento

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
82.755,00	78.742,00	78.742,00	100%	78.742,00	100%	77.581,02	99%

Fonte: SIAFI, Execução Orçamentária e Financeira Superintendências Regionais

A ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, que visava o atendimento à 83 (oitenta e três) famílias não foi realizada. Em contrapartida, recebeu-se uma provisão de R\$ 78.742,00 (setenta e oito mil, setecentos e quarenta e dois reais). Este recurso foi integralmente empenhado e liquidado, porém, somente 99% deste empenho foi pago, ou seja, R\$ 77.581,02 (setenta e sete mil, quinhentos e oitenta e um reais e dois centavos).

O recurso citado foi gasto com o pagamento de diárias e despesas de consumo de outras ações que não predispunham de orçamento financeiro compatível para atender suas demandas, tais como: supervisão ocupacional para retomada de parcelas ilegalmente ocupadas; e acompanhamento e fiscalização da aplicação dos Créditos Instalação.

Em outros termos, o citado recurso foi utilizado para cobrir despesas financeiras da ação 2272, a qual custeia 06 (seis) ações do Programa 0137.

2.3.2.7 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

Descrição: Concessão de crédito individual aos assentados e assentadas da reforma agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva; Concessão de crédito adicional que vise proporcionar a segurança hídrica às famílias localizadas na região do Semi-Árido Brasileiro.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinicius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	OP	4	Família atendida (un.)	1.683	410	1.818	24,4%

Fonte: SIR - Módulo Monitoramento

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
19.017.370,00	19.014.400,00	19.014.400,00	100%	6.803.200,00	36%	6.803.200,00	36%

Fonte: SIAFI, Execução Orçamentária e Financeira Superintendências Regionais

A ação 0427 – Concessão de Crédito –Instalação às Famílias Assentadas objetiva dar condições de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

Estas modalidades são: Apoio Inicial, Apoio Mulher, Fomento, Aquisição de Material de Construção, Recuperação/materiais de Construção e Reabilitação de Créditos de Produção.

As modalidades Apoio Inicial, Apoio Mulher e Fomento, visam dar aos trabalhadores rurais assentados a base para o trabalho produtivo na parcela. Já a modalidade Material de Construção busca auxiliar as famílias na construção de suas casas, enquanto a modalidade Recuperação Materiais de Construção objetiva recuperar as unidades habitacionais que apresentem necessidade de reforma e/ou ampliação, conforme constatação por meio de laudo técnico.

Observa-se na tabela de execução física a realização de 24,4% da meta prevista para o exercício, correspondendo a 410 (quatrocentas e dez) famílias atendidas com o Crédito Instalação. Destas, 70 (setenta) famílias receberam a modalidade Apoio Inicial, 33 (trinta e três) receberam a modalidade Material de Construção, 54 (cinquenta e quatro) receberam a modalidade Fomento, e 253 (duzentas e cinqüenta e três) receberam a modalidade Recuperação Materiais de Construção.

A aplicação destes créditos demandou apenas R\$ 6.803.200,00 (seis milhões, oitocentos e três mil e duzentos reais), ou seja, 36% do recurso efetivamente recebido e empenhado, no valor de R\$ 19.014.400,00 (dezenove milhões quatorze mil e

quatrocentos reais). Portanto, os R\$ 12.211.200,00 (doze milhões, duzentos e onze mil e duzentos reais) restantes que foram empenhados no exercício, estão aplicadas em contas governamentais bloqueadas e vinculadas, abertas, a pedido da SR-28/DFE, em nome das Associações dos Projetos de Assentamento. Ademais, a maior parte dos recursos normalmente é liberada ao final do exercício, o que dificulta sua aplicação no mesmo ano de liberação.

Incluía-se, ainda, na meta prevista, 55 (cinqüenta e cinco) famílias a serem contempladas com a modalidade Apoio Mulher. Esta meta, porém não chegou a ser executada no exercício, visto que a SR-28/DFE não recebeu recursos para esta modalidade.

Justifica-se este baixo desempenho da SR-28/DFE na realização das metas previstas para o exercício devido à ênfase dada à aplicação de recursos de exercícios anteriores. Havia muitos recursos aplicados em exercícios anteriores nas contas das Associações dos Projetos de Assentamento, mas que não haviam sido executados.

No exercício de 2009 trabalhou-se prioritariamente na aplicação deste recurso, fazendo-se necessária, primeiramente, a sua complementação, devido à recente edição de normas que majoraram os valores dos Créditos Instalação. Houve, portanto, a Complementação do Crédito Instalação de 1.123 (um mil, cento e vinte e três) famílias, de 21 (vinte e um) Projetos de Assentamento.

Muito embora nem todo o recurso alocado em exercícios anteriores nas contas em nome de Associações dos Projetos de Assentamento tenha sido efetivamente aplicado no exercício, permaneceu não executada apenas uma pequena parcela deste. Ocorreu, assim, no exercício de 2009, além da concessão dos 410 (quatrocentos e dez) Créditos de Instalação com recursos do exercício; a concessão de 580 (quinhentos e oitenta) Créditos de Instalação com recursos de exercícios anteriores, somando 990 (novecentos e noventa) Créditos Instalação concedidos.

Dos créditos decorrentes de exercícios anteriores, 191 (cento e noventa e uma) famílias foram beneficiadas com a modalidade Apoio Inicial; 266 (duzentas e sessenta e seis) famílias foram contempladas com a modalidade Aquisição de Material de Construção; e 123 (cento e vinte e três) famílias receberam a modalidade Recuperação Material de Construção.

Trabalhou-se intensamente na realização do passivo existente e na aplicação dos recursos recebidos no exercício, mas a aplicação do crédito demanda certo tempo para

sua efetiva realização, de modo que a SR-28/DFE continuará se empenhando no exercício de 2010 para concluir todo o passivo existente.

Lembramos, todavia, que existe uma grande demanda pelas diversas modalidades do Crédito Instalação nos Projetos de Assentamento, simultaneamente, há uma grande quantidade de recursos a serem aplicados. Contudo, não há recursos humanos e financeiros suficientes para operacionalização da ação.

A SR-28/DFE conta com um quadro de 20 (vinte) servidores que atuam não só na aplicação dos Créditos Instalação, como também no núcleo de Serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental; na supervisão ocupacional e nas vistorias ocupacionais; e no Programa Terra Sol, sendo insuficiente para toda a demanda existente.

Também são extremamente escassos os recursos destinados ao pagamento de diárias e combustível, bem como, são insuficientes os veículos disponíveis.

Frente a esta situação, os trabalhos desta ação chegaram a ser paralisados no decorrer do exercício por falta de recursos para sua operacionalização, visto que ela depende diretamente da realização de trabalhos de campo.

Os contratos de crédito somente são emitidos com a devida realização de vistoria ocupacional para verificar a regularidade dos beneficiários a serem contemplados. O pagamento dos fornecedores somente ocorre após a realização de vistoria do material/produto entregue. Acrescente-se que normalmente para um mesmo Projeto de Assentamento é necessária a realização de mais de uma vistoria, visto que as empresas contratadas comumente não possuem condições financeiras para entregar os materiais/produtos a todas as famílias assentadas a um só tempo. Quanto às modalidades Material de Construção e Recuperação Material de Construção, estas ainda exigem nova vistoria para verificar a conclusão da obra para efetuar-se o pagamento da mão-de-obra.

Outro problema enfrentado na execução desta ação é a falta de um sistema oficial de gerenciamento das informações do crédito. Atualmente trabalha-se com o Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária – SIPRA, o qual possui os dados dos beneficiários e emite os contratos de crédito. Todavia, o SIPRA não gerencia as informações do crédito, as quais devem ser preenchidas manualmente. Assim, há uma grande dificuldade em gerenciar os dados do crédito, devido ao grande número de informações e insuficiente número de funcionários para gerir estas informações. Para solucionar este problema está sendo implementado pelo INCRA Sede o Sistema de Informações Rurais – SIR, que terá uma interface com o SIPRA, o que deverá agilizar e

facilitar as atividades, além de dar maior fidelidade às informações. Porém, enquanto o novo sistema não é implantado, há uma grande dificuldade de controle das informações do crédito.

Na operacionalização do Crédito Instalação ocorre a contratação de empresas fornecedoras de materiais/produtos. Estas empresas são selecionadas em Assembléia Geral realizada no Projeto de Assentamento a ser contemplado com o crédito, sendo escolhida a empresa que apresentar o menor preço e a qualidade exigida dos materiais/produtos. Tendo-se efetivado a entrega dos materiais/produtos, estes são fiscalizados, para então serem encaminhadas ao agente financeiro para pagamento as notas fiscais assinadas pelo beneficiário do crédito, pelo representante da Associação e pelo servidor responsável pela fiscalização.

A descentralização do recurso para as contas das Associações é importante para a operacionalização do Crédito Instalação, visto que normalmente a aplicação destes créditos extrapola o exercício financeiro. Em contrapartida, esta descentralização gera alguns problemas quando existe mais de uma Associação no Projeto de Assentamento ou quando existem divergências entre os representantes da Associação e assentados.

A ação não está elencada entre as ações prioritárias da LDO. Contudo, permite às famílias assentadas realizarem seus primeiros investimentos na produção, além de lhes garantir uma moradia adequada, o que é essencial para sua instalação na parcela, com o mínimo de conforto possível.

2.3.2.8 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinicius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	4	-	-	-	-	-

Fonte: SIR - Módulo Monitoramento

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c) (d=c/b)	R\$(e) (f=e/b)	R\$ (g) (h=g/b)		
288.235,00	770.377,08	770.377,08	100%	524.011,09	68%	524.011,09	68%

Fonte: SIAFI, Execução Orçamentária e Financeira Superintendências Regionais

A ação 2272 é basicamente destinada ao custeio das atividades necessárias para a execução das atividades fim. Portanto, esta ação não possui meta física.

Os recursos desta ação, dentro do Programa 0137, foram destinados prioritariamente para a realização das atividades vinculadas às ações 8396, 8398, 4320, 4358, 2B06 e 0427.

No Programa 0137, esta ação demanda muitos recursos financeiros, pois destina-se aos custos administrativos de seis ações. Pode-se dizer que em sua maioria estes custos são destinados ao pagamento de despesas com diária e combustível, visto que as atividades de campo nas ações citadas são constantes e os recursos necessários comumente são insuficientes.

Não obstante, conforme a tabela de execução financeiro-orçamentária, somente foi utilizado 68% do recurso, no valor de R\$ 770.377,08 (setecentos e setenta mil, trezentos e setenta e sete reais e oito centavos), destinado à SR-28/DFE.

Estes dados demonstram as distorções decorrentes do contingenciamento da verba. Como comumente ocorre no setor público, recursos contingenciados durante todo o exercício são liberados nas últimas semanas do ano. Isto, além de prejudicar o andamento dos trabalhos no decorrer do ano, resulta na devolução de recursos ao final do exercício, devido à impossibilidade de realizar nas últimas semanas do ano todas as atividades que não foram passíveis de ser executadas durante o exercício pela falta de recursos.

Ressaltamos que a insuficiência destes recursos no decorrer do exercício chegou mesmo a paralisar os trabalhos das ações 8396, 8398, 4320, 4358, 2B06 e 0427, pois não havia

recursos para pagamento de diárias e combustível para que os trabalhos de campo, os quais abrangem vistorias, supervisões e fiscalização de contratos, convênios e créditos liberados, fossem fiscalizados.

2.3.3 Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Pública

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo

Objetivos Específicos: Conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, bem como assegurar a gestão fundiária nas terras públicas e incorporar as terras federais à reforma agrária.

Gerente do programa: Richard Martins Torsiano.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Andrelina de Jesus Araújo Aranha

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Atualização do Sistema Nacional de Cadastro Rural; Taxa de Georreferenciamento de Áreas Rurais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis até quatro módulos fiscais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis Rurais; Taxa de Ocupação Territorial Aparente; Taxa de Regularização de Imóveis Rurais até quatro módulos fiscais.

Público-alvo (beneficiários): Detentores a qualquer título de imóveis rurais, nacional e estrangeiro, serviços registrais de imóveis, profissionais e entidades envolvidas com a questão agrária e agrícola.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo³

³ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos - SGBD, de forma a permitir o conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país.

Descrição: a) Captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização);
b) inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registrais;
c) qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país;
d) fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho;
e) produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE;
f) geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e

g) base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	125	A	3	Imóvel gerenciado	1000	6.221	0%	622,10%

Fonte: PO 2009

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida		Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
	R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
9.000,00	29.230,85	29.230,85	100%		28.510,85	97,54%	28.510,85	97,54%

Fonte: SIAFI

Principais resultados: As ações de recepção de formulários, análise e digitação dos cadastros de imóveis rurais sob jurisdição da SR-28/DFE foram realizadas com sucesso, tendo em vista que chegamos ao final do exercício sem processos pendentes, salvo os imóveis situados no município de Cavalcante-GO, em função da não validade dos documentos do Cartório de Registro de Imóveis que está sob intervenção. A emissão dos Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais – CCIR vem sendo realizada de tal maneira que atende com presteza aos proprietários de imóveis rurais, principalmente com a emissão 2006/2009 que permitiu a facilidade de emissão através da Internet para os imóveis que estão com atualização cadastral atualizada e sem restrições.

Merece destaque a colaboração das 26 Prefeituras Municipais com as quais temos Termos de Cooperação Técnica assinados, através das Unidades Municipais de Cadastramento – UMC.

Principais problemas: O Serviço de Cadastro Rural funciona com apenas dois servidores do quadro de servidores do INCRA, sendo os demais terceirizados. No final do ano saíram duas pessoas terceirizadas, ficando apenas cinco servidores para recepção, análise, transcrição no SNCR, emissão de CCIR e declarações para fins de tempo de imóveis cadastrados (para o INSS) o que trouxe dificuldades nos prazos de atendimento, bem como atraso na comunicação com os cartórios quantos aos desmembramentos, remembramentos e novas inclusões de imóveis no Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR.

2.3.3.2 Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Modernizar banco de dados informatizado, objetivando manter atualizadas as informações sobre 5.000.000 de imóveis rurais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais - SNCR, e disponibilizá-lo via internet ao usuário. Integrar as diversas fontes de informações federais, estaduais e municipais, sobre o meio rural, visando a construção de um cadastro único, de forma a facilitar a definição de diretrizes de políticas agrária e agrícola.

Descrição: Manutenção e atualização do banco de dados responsável pela captação e pelo armazenamento das informações cadastrais literais e gráficas dos imóveis rurais e seus detentores.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
-	-	-	-	Sistema de Cadastro	-	-	-	-

Fonte: PO 2009

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida		Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
	R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

NÃO SE APLICA

2.3.3.3 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC. Reestruturação e ampliação dos Comitês Regionais de Certificação. Padronizar e Sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do INCRA. Integrar as informações georreferenciadas com serviços de Registro Imobiliários e demais Entes Públicos. Efetuar o Georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 2001.

Descrição: Localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, através de levantamento de campo, com auxílio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e Sensoriamento Remoto, constituindo o Sistema de Informações Geográficas - SIG Corporativo do INCRA, melhorando assim, a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Marcelo Jose Pereira da Cunha

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	A	3	Área medida	0	0	25.831,1100	0

Fonte: PO 2009

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
0	13.080,56	13.080,56	100%	13.080,56	100%	13.080,56	100%

Fonte: SIAFI

Recurso utilizado em diárias e consumo na fiscalização dos Projetos de Assentamentos referentes ao Georreferenciamento da malha fundiária.

Não houve dificuldades na execução desta ação.

Principal problema encontrado foi na invasão de parte de alguns destes imóveis por fazendeiros confrontantes.

Ação que irá gerar demandas para o exercício de 2010.

2.3.3.4 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário.

Descrição: Análise conclusiva de processos administrativos de regularização fundiária de imóveis rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marrek Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	A	3	Área regularizada	0	943,00	14.172,000	943%

Fonte: PO 2009

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida		Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
	R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0	32.104,96	32.104,96	100%	100%	32.104,96	100%	32.104,96	100%

Fonte:

Apesar de não apresentar ações como meta programada, executamos vistorias com a finalidade de instruções processuais visando titular aproximadamente setenta (70) famílias na nossa jurisdição.

Procedimento que continua no exercício de 2010, uma vez que ainda faltam detalhes para finalizar todas as demandas existentes.

2.3.3.5 Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Retomar terras públicas irregularmente ocupadas, de forma a combater a grilagem e outras formas de ocupações ilícitas, por meio de ações judiciais.

Descrição. Abertura de processos administrativos de retomadas de terras da União ocupadas de forma ilícita, mediante ação judicial; vistoria, avaliação e demarcação de imóveis previamente identificados como irregulares; indenização de benfeitorias úteis e necessárias edificadas de boa fé.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marrek Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	A	3	Área c/ processo impetrado	0	0	88.204,515000	100%

Fonte: PO 2009

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida		Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
	R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
	0	0	0	0	0	0%	0	0%

Fonte: SIAFI

É uma ação que no ano 2009 não houve nem um projeto para execução, uma vez que ficou para o exercício de 2010 a retomada de algumas áreas

2.3.3.6 Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Diagnosticar e destinar as terras públicas a serem regularizadas.

Descrição. Levantamento do ambiente natural, socioeconômico e cultural e elaboração do anteprojeto de destinação das glebas ou sub-glebas públicas federais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marrek Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	A	3	Área diagnosticada	0	0	0	0%

Fonte: PO 2009

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida		Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
	R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0	0	0	0 %		0	0 %	0	0 %

Fonte: SIAFI

É uma ação que no ano 2009 não houve nem um projeto para execução, uma vez que ficou para o exercício de 2010 a retomada de algumas áreas

2.3.3.7 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Richard Martins Torsiano.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A						#DIV/0!

Fonte: PO 2009

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009		Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)	
	1.582,35	1.582,35	100%	1.582,35	100%	1.582,35	100%	

Fonte: SIAFI

Recurso utilizado na manutenção de veículos.

2.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Gestão de Políticas Públicas

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de desenvolvimento agrário.

Gerente do programa: Daniel Maia.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Júlio Ribeiro de Souza

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: não tem.

Público-alvo: Servidores.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁴

⁴ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Descrição: Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ronaldo Alves de Souza

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	128	A	3	Servidor Capacitado	55	16		29%

Fonte: PO 2009

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida		Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
	R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
13.693,00	31.997,31	31.997,31	100%		23.514,95	73,49%	23.514,95	100%

Fonte: SIAFI

Os principais resultados obtidos com capacitação no exercício de 2009:

- ❖ Obtivemos resultados positivos na execução das atividades realizadas pelos servidores capacitados.

Os principais problemas enfrentado por esse serviço de Desenvolvimento Humano:

- ❖ Proibição da realização de cursos em outros Estados, durante a maior parte do exercício.
- ❖ Falta de interesse por parte dos servidores.

2.3.5 Programa 1120 – Paz no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Universalizar os direitos, paz, qualidade de vida e justiça social no meio rural.

Objetivos Específicos: Reduzir a violência no campo com mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários e garantia dos direitos humanos.

Gerente do programa: Gercino José da Silva Filho

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Júlio Ribeiro de Souza

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Assassinatos decorrentes de conflitos agrários.

Público-alvo (beneficiários): Famílias no campo nas condições de acampados, assentados, agricultores familiares, as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e garimpeiras, e os trabalhadores atingidos por barragens.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁵

⁵ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.5.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Ação orçamentária

Finalidade: Articular junto à Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não-governamentais, o atendimento das demandas das famílias acampadas, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias.

Descrição: a) apoio jurídico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos, ao facilitar seus acessos a serviços advocatícios e de expedição de documentos; b) apoio jurídico, social e psicológico aos vitimizados pela escravidão; c) apoio técnico às famílias acampadas visando a capacitação técnica para a produção agrícola; e d) apoio social às famílias acampadas, visando melhoria das condições de vida e da segurança alimentar, por meio da atenção médico-psicologica e logística para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Nilton Bezerra Guedes

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Família Acampada Assistida	82	49.966,0000	0	59.714,63%

Fonte: PO 2009

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida		Empenho Emitido		Empenho liquidad		Valor Pago	
	R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
9.200,00	583.147,88	583.147,88	100%		424.965,57	72,87%	424.965,57	100%

Fonte: SIAFI

A meta foi cumprida com alguns obstáculos, tais como falta de caminhões, falta de apoio logístico, combustíveis e outros.

Foi realizada uma parceria entre o INCRA-SR28/DFE e CONAB - Companhia nacional de Abastecimento, para auxiliar nas entregas das cestas Básicas para os Acampados e também lonas.

Apesar dos obstáculos foram entregues 48.831 Cestas Básicas e 135 rolos de lonas atingindo as metas pré estabelecidas pela Ouvidoria Agrária.

2.3.6Programa 1336 – Brasil Quilombola

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a equalização do acesso aos serviços públicos e aos direitos sociais básicos para as comunidades remanescentes de quilombos e comunidades de terreiros.

Objetivos Específicos: Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras, desenvolvimento econômico sustentável, infra-estrutura adequada para suas atividades, melhoria das condições de vida, preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial e capacidade para exercer controle efetivo sobre as políticas públicas que lhes são destinadas.

Gerente do programa:

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Andrelina de Jesus Araújo Aranha

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Atendimento às Comunidades Remanescentes de Quilombos por Ações de Fomento ao Desenvolvimento Local e Sustentável; Taxa de Evolução de Comunidades Certificadas como Remanescentes de Quilombos; Taxa de Evolução de Comunidades Quilombolas com Terras Tituladas.

Público-alvo (beneficiários): População de comunidades remanescentes de Quilombos.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁶

⁶ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.6.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

Descrição: Elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID com critérios de territorialidade; publicação do Relatório Técnico; consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; publicação de portaria de reconhecimento do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; emissão de decreto de desapropriação; Demarcação e titulação.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	P	3	Comunidade titulada	4	0	0	0%

Fonte: PO 2009

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida		Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
	R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
183. 628,00	71.479,22	71.479,22	38,93%	68.942,22	96,45%	68.942,22	100%	

Fonte: SIAFI

O principal avanço deu-se por meio da elaboração e publicação de 1 (um) Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) de Território Quilombola, tendo em vista o contingenciamento principalmente de recursos humanos e materiais disponíveis para a execução desta ação.

Como foi acima referido, o problema a ser enfrentado é a falta de recursos humanos e materiais para a execução da ação, o que acarreta lentidão para o cumprimento das metas que, inclusive, já foi refletido na mídia, tanto em nível local/regional, quanto nacional. Outro problema é a impossibilidade de se firmar convênios ou parcerias para o cumprimento dos objetivos da ação e do programa, sob o argumento de que a ação é atividade fim da Autarquia e dessa forma, somente funcionários da casa poderiam executá-las.

O cumprimento parcial das metas no ano de 2009 impacta pouquíssimo no atingimento dos objetivos de médio e longo prazo da UJ, tendo em vista o que foi previsto para as ações do Programa Brasil Quilombola, quando do seu lançamento.

Tanto a elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) como a publicação do Relatório Técnico, a consulta aos órgãos competentes do Governo Federal, a notificação às partes interessadas, a publicação de portaria de reconhecimento do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), a emissão de decreto de desapropriação e a demarcação e titulação foram afetadas e portanto prejudicadas pela dotação insuficiente de servidores no setor, levando-se em consideração a complexidade das ações acima elencadas.

2.3.6.2 Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Indenizar terras e benfeitorias dos territórios reconhecidos, demarcados e titulados em nome das comunidades remanescentes de quilombos.

Descrição: Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Reconhecidas Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes dos Quilombos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	OP	3	Área indenizada	0	0	0	0

Fonte: PO 2009

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida		Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
	R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI

Não houve execução da ação pelo fato da mesma ser subsequente e de certa forma intrínseca a algumas fases da ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos, e da mesma forma foi influenciada pelas contingências descritas acima para tal ação.

2.3.7 Programa 1350 – Educação no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a capacitação e o acesso à educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras das áreas de Reforma Agrária.

Gerente do programa: César José de Oliveira.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Joaquim Ferreira da Silva Filho

Indicadores ou parâmetros utilizados: Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária matriculados no ensino fundamental; Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária não alfabetizados.

Público-alvo (beneficiários): Jovens e adultos assentados da Reforma Agrária; agricultores Familiares; profissionais egressos de cursos de áreas afins à Reforma Agrária. De acordo Norma de execução/DA/INCRA nº 8 de 30 de janeiro de 2009, art3º as superintendências Regionais do INCRA (SR-01/PA; SR-02/CE; SR – 05/BA; SR-06/MG; SR-07/RJ; SR-08/SP; SR-10/SC; SR-18/PB; SR-19/RN; SR-20/ES; SR-22/AL; SR-23/SE; SR-24/PI; SR-26/TO; SR-28/DFE; SR-29/MSF; SR-30/SANTÁREM e o INCRA/Sede), apresentarão o processo de prestação de contas consolidado do exercício. Desta forma trabalharemos com as 17 superintendências regionais e o INCRA/SEDE.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁷

⁷ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.7.1 Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar, alfabetizar, escolarizar jovens e adultos assentados pela reforma agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluir-lo na idade própria, mediante a utilização de metodologias específicas para o campo, dando-lhes condições de domínio da leitura e da escrita, além de conhecimentos básicos sobre sociedade e desenvolvimento sustentável, de forma a permitir a sua inserção social.

Descrição: Capacitação, alfabetização e escolarização para jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluir-lo em idade regular, "considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho", utilizando metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e a diversidade cultural do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ofertar capacitação de educadores, para atuarem nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. Articular apoio à melhoria da infraestrutura das escolas dos assentamentos na perspectiva de que sejam estruturadas com instalações físicas apropriadas e adequadamente equipadas, inclusive com bibliotecas e acesso aos meios de comunicação e de informática.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	366	A	4	Trabalhador rural escolarizado (un.)	0	0	1.500	0,0%

Fonte: SIR - Módulo Monitoramento

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI, Execução Orçamentária e Financeira Superintendências Regionais

A ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo trabalha com a capacitação, alfabetização e escolarização de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluir-lo em idade regular, "considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho". Utiliza metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e a diversidade cultural do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudo" (tempos diferenciados de aprendizado), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Oferta capacitação para educadores, atuarem nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias.

A demanda de alfabetização e escolarização é apresentada pelos Movimentos Sociais, os quais também são responsáveis por buscar entidades (escolas e/ou universidades) interessadas em realizar parceria para escolarização/alfabetização em Projetos de Assentamento.

O projeto é elaborado conjuntamente entre as instituições parceiras, sendo que a Superintendência analisa emitindo parecer, o qual, sendo favorável, determina o encaminhamento do projeto ao INCRA Sede para análise e aprovação da Comissão Pedagógica do PRONERA Nacional.

Após a aprovação, o processo é devolvido à SR-28/DFE que o encaminha à instituição parceira para fazer as devidas adaptações/correções, se houver. Em seguida, é firmada parceria com a instituição de ensino, o instrumento utilizado até recentemente era o convênio, porém, após a determinação do Acórdão 2653 – TCU – Plenário, este deverá ser substituído pela licitação.

Conforme a tabela de execução física, percebe-se haver uma meta de 1.500 (um mil e quinhentos) trabalhadores rurais a serem escolarizados no ano de 2010. Em contrapartida, não houve nenhuma meta física prevista na PO 2009, assim como não houve liberação de recursos financeiros para esta ação no exercício, conforme dados da tabela de execução financeiro-orçamentária.

Ressaltamos que a meta de 1.500 (um mil e quinhentos) trabalhadores rurais a serem escolarizados provém de destaque orçamentário do INCRA Sede, no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), com o qual se firmou parceria com a Universidade de Brasília (UNB), no final do exercício de 2007. Após firmada a parceira, o custo aluno/ano foi majorado pela Norma de Execução nº73/2008 para R\$ 900,00 (novecentos reais), de modo que foram realizados ajustes no projeto, alterando os valores totais da parceria para R\$ 2.700.00,00 (dois milhões e setecentos mil reais).

A parceria firmada previa seu encerramento em 02 (dois) anos, porém, sofreu prorrogação devido à demora na entrega da prestação de contas da primeira parcela recebida pela instituição parceira; e em segundo plano, por inconsistências na prestação de contas apresentada. Assim, a segunda parcela do recurso somente foi liberada após as devidas correções e consequente aprovação da prestação de contas.

A interrupção nas aulas em função do atraso no pagamento do destaque; bem como, o problema visual dos educandos; as grandes distâncias entre a residência e o local das aulas; e a falta de transporte para os educandos até os locais em que as aulas eram ministradas, geraram uma grande evasão dos educandos. Disto resultou uma redução no número de educando inicialmente previsto de 1.500 para 400 (quatrocentos) educandos em sala de aula até o final do exercício de 2009. A fim de serem feitos os devidos ajustes financeiros, o INCRA apenas repassou à instituição parceira o valor total de R\$ 1.289.729,27 (um milhão, duzentos e oitenta e nove mil, setecentos e vinte e nove reais e vinte e sete centavos) para conclusão do objeto do contrato para os 400 educandos restantes. Possíveis ajustes financeiros ainda deverão ser feitos após a entrega do produto final, a fim de corrigir eventuais distorções.

Por conseguinte, apesar de ter ocorrido uma grande evasão, prejudicando o objeto do contrato, pode-se dizer que houve resultados satisfatórios, uma vez que os educandos foram alfabetizados, e no momento estão sendo certificados.

Não foi firmada qualquer nova parceria no exercício de 2009 para atender a demanda de jovens e adultos a serem alfabetizados/escolarizados por consequência da suspensão dos convênios através do Acórdão 2653 – TCU – Plenário. Atualmente vem ocorrendo capacitações para os servidores que atuam nesta ação, elaborando-se, à nível nacional, modelo de edital para a contratação de serviços de educação.

Também, atualmente, vem sendo realizado levantamento da nova demanda, no intuito de se elaborar novos projetos de educação de jovens e adultos na área sob jurisdição da SR-28/DFE.

Cabe ressaltar, contudo, a insuficiência de servidores para atender à demanda desta ação.

Somente uma servidora tem acumulado a função de avaliar, acompanhar e fiscalizar os convênios firmados nesta e nas demais ações do Programa 1350.

As parcerias são essenciais na realização desta ação, considerando-se que a educação é um bem de valor inestimável, especialmente para o desenvolvimento sócio-econômico das famílias assentadas. Porém, o INCRA somente consegue executar esta ação através da parceria com instituições educacionais.

A não realização de meta física no exercício demonstra as extremas dificuldades encontradas pela SR-28/DFE para executar uma gama de ações com extrema carência do quadro de servidores, bem como, as novas exigências estabelecidas, as quais exigem capacitação, formação e reciclagem, além do estabelecimento de novas formas de organização do trabalho.

2.3.7.2 Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar profissionais egressos das ciências agrárias e de áreas afins a Reforma Agrária, à prestação de uma nova concepção de assistência técnica e social, direcionada para uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável e condizente com as peculiaridades dos assentamentos de Reforma Agrária. Propiciar para os alunos dos cursos profissionalizantes de nível médio e superior do PRONERA, bolsa de estudo e/ou estágio para atuarem junto as equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, na perspectiva de estimular o processo de aproximação entre a educação e trabalho e do aluno reafirmar o envolvimento com sua comunidade, desenvolvendo atividades de reflexão, problematização e intervenção, reforçando a relação escola-comunidade.

Descrição: Profissionais egressos dos cursos de ciências agrárias de outras áreas afins a Reforma Agrária, participarão de Especialização lato sensu, em regime de alternância e receberão bolsa, para atuarem nos assentamentos de Reforma Agrária, garantindo o permanente espaço de reflexão e orientação dessas práticas para a promoção do desenvolvimento sustentável do campo. Os jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária, matriculados nos cursos profissionalizantes de nível médio e superior, ofertados pelo PRONERA, no ultimo período, receberão bolsa de estudo/estágio para atuarem junto às equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, onde realizarão os estágios curriculares obrigatórios e desenvolverão ações de assistência técnica produtiva, social, ambiental e pedagógica. O processo de formação pelo qual estes jovens passarão contribuirá para um imprescindível processo de produção de novos conhecimentos necessários à mudança do modelo de desenvolvimento e para criação de uma nova matriz tecnológica, baseada nos princípios da agroecologia e do desenvolvimento sustentável.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	363	A	4	Profissional capacitado (un.)	0	0	0	0,0%

Fonte: SIR - Módulo Monitoramento

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI, Execução Orçamentária e Financeira Superintendências Regionais

Não houve execução da ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social, no âmbito da SR-28/DFE, motivo pelo qual são nulos os resultados das tabelas de execução física e execução financeiro-orçamentária.

Ressaltamos que esta ação foi executada apenas pelo INCRA Sede.

2.3.7.3 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sóciopolítica e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos

Descrição: Capacitação e formação profissional mediante a oferta de cursos de nível médio e de nível superior de graduação e/ou pós-graduação, por meio de metodologias específicas que considerem o contexto sócioambiental e as diversidades culturais do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ampliar a formação de educadores das áreas de Reforma Agrária, com oferta de cursos de licenciaturas e pedagogia. Promover o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades assentadas e as universidades.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	363	A	3	Profissional formado (un.)	0	0	0	-

Fonte: SIR - Módulo Monitoramento

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI, Execução Orçamentária e Financeira Superintendências Regionais

A Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária, destina-se a garantir a formação profissional para qualificar os sujeitos e disponibilizar, em cada área de Reforma Agrária, recursos humanos capacitados que contribuam para o desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente sustentável.

As metodologias de ensino utilizadas se desenvolvem por meio de alternância - tempo escola e tempo comunidade, como forma de articular os saberes aprendidos na escola e os saberes desenvolvidos nos Projetos de Assentamento, em que os alunos moram.

A demanda de alunos para os cursos de capacitação e formação profissional é apresentada pelos Movimentos Sociais, os quais também são responsáveis por buscar instituições educacionais interessadas em realizar parceria com o INCRA para a prestação de serviços de capacitação e formação profissional em Projetos de Assentamento.

A elaboração de projeto de capacitação e formação profissional é realizada pela instituição de ensino interessada em conjunto com o INCRA. Posteriormente, a SR-28/DFE analisa o projeto emitindo parecer, o qual, sendo favorável, determina o encaminhamento do projeto ao INCRA Sede para análise e aprovação da Comissão Pedagógica do PRONERA Nacional.

Após a aprovação do INCRA Sede, o processo é devolvido à SR-28/DFE que o encaminha à instituição parceira para as devidas adaptações/correções, se houver. Em seguida, firma-se a parceria. Até recentemente o instrumento utilizado era o convênio, que após a determinação do Acórdão 2653 – TCU – Plenário deverá ser substituído pela licitação.

Segundo a tabela de execução física apresentada, não foi prevista meta na PO 2009, não havendo, portanto, qualquer meta física executada com recursos do exercício. A tabela de execução financeiro-orçamentária corrobora esta informação, pois não houve repasse de recursos para esta ação no exercício.

Nota-se, contudo, que houve a conclusão de convênio iniciado em anos anteriores, com um saldo de 14 (quatorze) técnicos formados.

Trata-se de convênio firmado ao final do exercício de 2007, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), com instituição educacional para a prestação de curso Técnico Profissionalizante em Agropecuária e Agroecologia para 20 (vinte) educandos de Projetos de Assentamento da Reforma Agrária.

Este curso, em função de atrasos nos repasses dos recursos, sofreu prorrogação, de modo que suas atividades foram encerradas somente em março de 2009. Foram efetivamente formados 14 (quatorze) profissionais, sendo que 06 (seis) educandos evadiram-se.

Não foi firmada qualquer nova parceria no exercício de 2009 para atender a demanda de capacitação e profissionalização no âmbito da SR-28/DFE. Foram recepcionados novos projetos nesta ação no decorrer do exercício, os quais, inclusive, já foram aprovados pela Comissão Pedagógica do PRONERA Nacional. Porém, devido à suspensão dos convênios através do Acórdão 2653 – TCU – Plenário, estes contratos ainda não foram firmados. Atualmente vem ocorrendo capacitações para os servidores que atuam nesta ação, elaborando-se, à nível nacional, modelo de edital para a contratação de serviços desta ação.

Cabe ressaltar, contudo, a insuficiência de servidores para atender à demanda desta ação. Somente uma servidora tem acumulado a função de avaliar, acompanhar e fiscalizar os convênios firmados nesta e demais ações do Programa 1350.

As parcerias são essenciais na realização desta ação, considerando-se que a capacitação e profissionalização é essencial para a melhora dos níveis sócio-econômicos nos Assentamentos de Reforma Agrária. Entretanto, o INCRA somente consegue executar esta ação através da parceria com instituições educacionais.

Acrescentamos que muito embora seja uma ação prioritária sua execução sofreu o impacto da decisão do Acórdão 2653 – TCU – Plenário, exigindo uma reorganização da forma de trabalho e capacitação dos servidores envolvidos. Trabalhou-se sobre estes aspectos no exercício de 2009, em especial na elaboração de edital de licitação para se adequar às determinações do TCU. Desse modo, deverão ser firmados novos contratos tão logo esta questão seja sanada.

2.3.7.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	4	-	-	-	-	-

Fonte: SIR - Módulo Monitoramento

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
10.000,00	15.897,23	15.897,23	100%	15.897,23	100%	15.897,23	100%

Fonte: SIAFI, Execução Orçamentária e Financeira Superintendências Regionais

A ação 2272 é basicamente destinada ao custeio das atividades necessárias para a execução das atividades fim. Portanto, esta ação não possui meta física, como é possível observar na tabela de execução física.

Os recursos desta ação, dentro do Programa 1350, no valor de R\$ 15.897,23 (quinze mil, oitocentos e noventa e sete reais e vinte e três centavos), foram aplicados integralmente (100%), conforme a tabela de execução financeiro-orçamentária. Estes recursos foram destinados prioritariamente para execução de atividades vinculadas às ações 4474 e 8370, em especial com diárias e combustível para o acompanhamento dos convênios firmados. Também houve destinação destes recursos para transporte de educadores e funcionários das conveniadas aos locais de realização das ações do Programa 1350; bem como, para participação em cursos e eventos vinculados.

As ações que apresentaram problemas de execução estiveram vinculadas, em especial, à realização de atividades de campo para acompanhar e fiscalizar a execução dos convênios firmados.

Estas dificuldades dizem respeito à insuficiência de servidores, visto que há somente uma servidora responsável por analisar, aprovar, acompanhar e fiscalizar os convênios; à insuficiência de veículos para atender a toda a demanda da SR-28/DFE para acompanhamento e fiscalização; e a insuficiência de recursos para pagamento de diárias e combustível.

Outra problemática encontrada nesta ação trata da falta de transporte aos educadores e monitores das conveniadas aos Projetos de Assentamento, necessitando, constantemente, que a SR-28/DFE forneça veículo para transporte destes educadores.

2.3.8Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar.

Objetivos Específicos: Disciplinar, ampliar, organizar e qualificar a prestação dos serviços de Ater para os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais.

Gerente do programa: Argileu Martins da Silva

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Joaquim Ferreira da Silva Filho

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: taxa de cobertura de ATER à Agricultura Familiar.

Público-alvo (beneficiários): Agricultores familiares, empreendedores familiares rurais (conforme previsto na Lei nº. 11.326/06), comunidades tradicionais, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e agentes de ATER.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁸

⁸ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.8.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de assentamento, tornando-os unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). Capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

Descrição: Assessoramento técnico, social e ambiental aos assentados, desde a implantação do projeto de assentamento, de forma a fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia, da seguinte forma: a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento dos assentamentos, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores sócio-culturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de auto-sustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infra-estrutura; e d) assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação na de redes.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinicius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	606	A	3	Família assistida (un.)	1.593	0	302	0,0%

Fonte: SIR - Módulo Monitoramento

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
1.204.145,00	447.319,86	447.319,86	100%	-	0%	-	0%

Fonte: SIAFI, Execução Orçamentária e Financeira Superintendências Regionais

A ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados é uma ação fundamental para o desenvolvimento do Projeto de Assentamento. É através dessa ação que serão elaborados os Planos de Desenvolvimento (PDA) e de Recuperação (PRA) dos projetos de Assentamento. Estes planos são essenciais para verificar as principais características físicas do Assentamento, diagnosticar suas potencialidades em termos de produção, definir as áreas de preservação permanente e reservas ambientais, e estabelecer sua divisão espacial. Ainda com base nestes planos são emitidas as licenças ambientais necessárias à implantação do Projeto de Assentamento. Também através da ação 4470 será garantida a prestação do serviço de assistência técnica às famílias assentadas, o qual é imprescindível ao desenvolvimento da produção, da unidade familiar e do Projeto de Assentamento como um todo.

A tabela de execução física apresenta uma previsão de atendimento de 1.593 (um mil quinhentos e noventa e três) famílias, o que não ocorreu. Não obstante, encontra-se em execução Convênio Nacional, que atende à 302 (trezentas e duas) famílias.

A tabela de execução financeiro-orçamentária demonstra uma pequena provisão recebida, no valor de R\$ 447.319,86 (quatrocentos e quarenta e sete mil, trezentos e dezenove reais e oitenta e seis centavos), com empenho integral (100%), porém, sem liquidação. Este empenho foi realizado no final do exercício de 2009 para atender a uma proposta de convênio com o Instituto Novas Fronteiras de Cooperação (INFC). Contudo, o convênio não foi aprovado em sua totalidade, pois a entidade não apresentou o orçamento de auditoria independente conforme os critérios contábeis, previsto em

Termos de Parceria. Atualmente foi aprovada nova legislação (Lei 12.188/2010), a qual determina que a assistência técnica poderá ser prestada através de Chamada Pública. Assim, a partir de 2010 houve uma orientação do INCRA Sede no sentido de que as novas contratações para estes serviços não ocorrerão mais por convênios e sim nos termos da Lei citada. Portanto, esta Superintendência passará a adotar o chamamento público, o que inviabiliza a continuação das propostas de convênio que estavam em análise e que não foram publicadas até o final de 2009, pós a nova legislação entrou em vigor no início do ano de 2010. Por conseguinte, o referido empenho será cancelado.

Ocorreu, no exercício, o encerramento de um convênio de prestação de Assistência Técnica e elaboração de PDA/PRA. O convênio previa a prestação de serviços de Assistência Técnica para 33 (trinta e três) Projetos de Assentamento, contemplando 3.069 (três mil e sessenta e nove) famílias; além da elaboração de 02 (dois) PDA's, beneficiando 77 (setenta e sete) famílias, e 29 (vinte e nove) PRA's, atingindo outras 2.802 (duas mil, oitocentas e duas) famílias.

Este convênio já havia sido prorrogado anteriormente, sendo que no exercício de 2009 houve uma prorrogação de setembro a 03 de dezembro de 2009. Decorrido este prazo, a empresa solicitou nova prorrogação. Porém, devido à inadimplência da empresa no SIAFI, ainda nos últimos dias de vigência do convênio, não foi possível realizar esta prorrogação, sendo que o convênio expirou.

Cabe destacar, contudo, que já no exercício de 2008 a empresa não mais prestava assistência técnica aos assentados através do convênio. No entanto, a empresa continuou responsável pela entrega dos PDA/PRA previstos no instrumento de contrato.

Ainda em 2008 os técnicos do INCRA responsáveis pelo acompanhamento da assistência técnica realizaram fiscalização em campo das metas pactuadas no convênio, gerando um relatório parcial da execução do mesmo. Donde concluíram que os serviços de ATES não haviam sido prestados em sua totalidade e por isso sugeriram o respectivo desconto, cujo valor aproximado foi de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais). Além disso, sugeriram também que o repasse relativo à execução dos PDA/PRA, de aproximadamente R\$ 295.000,00 (duzentos e noventa e cinco mil reais) fosse suspenso, até que a empresa entregasse os produtos e estes fossem avaliados e aprovados pelo INCRA, haja vista terem sido detectados problemas na execução do convênio. A SR-28/DFE optou por acatar este parecer técnico.

Com o encerramento do convênio a empresa entregou 27 (vinte e sete) PDA/PRA. Estes produtos ainda estão sendo analisados, sendo que 06 (seis) foram analisados e

reprovados.

Os principais resultados observados nesta ação foram a não aprovação de qualquer Plano de Desenvolvimento (PDA's) apresentado e a não contratação de novos contratos/convênios para prestação de assistência técnica e elaboração de PDA's. Estes resultados decorrem de diversos problemas encontrados na execução desta ação, os quais conjugam fatores internos e externos ao órgão.

A insuficiência de corpo técnico constitui-se, atualmente, em grave problema na execução da ação com maior agilidade, para atender à grande demanda existente. Aliado a isso, soma-se o fato de que as propostas apresentadas pelas proponentes não atendiam os parâmetros previstos na Portaria Interministerial nº 127/2008 e no Manual de ATES/INCRA. Por isso, foram solicitados pelos técnicos vários ajustes, levando à emissão de vários pareceres para uma mesma proposta. Acrescente-se, também, a dificuldade de algumas entidades em apresentarem documentação diversa, como credenciamento nos Conselhos Estaduais (CEDRS), orçamento para locação de equipamentos, notas fiscais dos bens que seriam oferecidos como contrapartida, comprovação de que dispunham de corpo técnico suficiente para a conclusão dos trabalhos, dentre outros.

Atualmente o Núcleo Técnico de ATES conta com apenas dois técnicos responsáveis por esta ação, sendo apenas um engenheiro agrônomo e outro engenheiro florestal.

Atualmente há diversos Projetos de Assentamento sob a jurisdição da SR-28/DFE que não se desenvolvem economicamente e, em parte, isto decorre da deficiente assistência técnica oferecida pelas convenentes nos anos anteriores e pela baixa qualidade e/ou problemas nos PDA's elaborados por estas empresas. Ressaltamos que muitos processos de convênios firmados em anos anteriores estão em tomada de contas especial, sendo que ainda não foram finalizados devido a não entrega dos produtos.

Atualmente tem-se orientado para a melhoria dos produtos entregues pelas convenentes, porém até o momento não foram apresentados produtos adequados às exigências da norma e suficientes para sua aprovação.

Lembramos que a prestação de assistência técnica é essencial ao desenvolvimento sócio-econômico dos Projetos de Assentamento, não basta, porém uma assistência técnica deficiente, o resultado disso observamos atualmente em diversos assentamentos sob a jurisdição das SR-28/DFE; é imprescindível a prestação de assistência técnica de qualidade.

Há uma preocupação à nível nacional com a ausência de assistência técnica para grande

parte das famílias de trabalhadores rurais. Assim, recentemente ocorreram novas mudanças nesta área com a edição da Lei 12.188 (Lei de ATER), a qual prevê a realização de Chamada Pública, com dispensa de licitação, para a contratação de serviços de ATES e elaboração de PDA's e PRA's.

Entende-se que a contratação de empresas de Assistência Técnica é a forma mais eficaz de garantir o acesso à assistência técnica a todas as famílias assentadas, atuando diretamente no desenvolvimento do Projeto de Assentamento, na melhoria da qualidade de vida da população assentada, bem como, na melhoria da produção. Mas deve-se primar, também, pela qualidade deste serviço.

As transferências financeiras são importantes nesta ação por garantirem a prestação do serviço por parte de empresa de assistência técnica. É através destas transferências financeiras que a assistência técnica é difundida por grandes regiões, abrangendo diversos assentamentos.

As transferências financeiras possuem entre suas vantagens a possibilidade de retorno do recurso ao conveniente em caso de descumprimento das cláusulas contratuais. Porém, entre suas principais desvantagens, tem-se o fato de que muitas das empresas de assistência técnica conveniadas são organizações não governamentais. Assim, quando ocorre o não cumprimento do contrato, normalmente estas empresas se dissolvem e não devolvem o recurso, de modo que a cobrança deve ocorrer por meio de tomada de contas especial.

A não realização de meta no exercício, especialmente tratando-se de uma atividade prioritária da LDO, é reconhecidamente uma problemática que deve ser sanada o mais breve possível. Esta realidade, porém, deverá mudar no exercício de 2010, em especial, devido à edição da Lei 12.188/10 que estabelece a Chamada Pública com dispensa de licitação para contratação de serviços de ATES e elaboração de PDA's e PRA's. Assim, tem-se perspectivas de que a falta de cobertura de assistência técnica para as famílias assentadas será sanada a partir do exercício de 2010.

2.3.8.2 Ação 2272 - Gestão do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinicius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	4	-	-	-	-	-

Fonte: SIR - Módulo Monitoramento

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
18.398,00	17.793,68	17.793,68	100%	16.928,94	95%	16.928,94	95%

Fonte: SIAFI, Execução Orçamentária e Financeira Superintendências Regionais

A ação 2272 é basicamente destinada ao custeio das atividades necessárias para a execução das atividades fim. Portanto, esta ação não possui meta física, como é possível observar na tabela de execução física.

Os recursos desta ação, dentro do Programa 1427 foram quase que integralmente utilizados (95%), somando o valor de R\$ 16.928,94 (dezesseis mil, novecentos e vinte e oito reais e noventa e quatro centavos). Estes recursos foram destinados prioritariamente para a realização de trabalhos de campo para vistoria de Plano de Desenvolvimento (PDA) apresentado por empresa de Assistência Técnica conveniada e para participação em Fórum oferecido pelo INCRA Nacional para servidores das Superintendências Regionais, no qual se tratou, entre outros assuntos, do monitoramento do serviço de ATES.

A implementação do Sistema de Convênios resultou em uma melhora significativa no gerenciamento das propostas de convênios e dos convênios firmados, tendo sido, todavia, essencial a realização de curso de capacitação para poder-se utilizar adequadamente o mesmo.

Não obstante, o desenvolvimento dos trabalhos tem sofrido novas mudanças com a edição da Lei 12.188/10, a qual prevê a contratação de empresas de assistência técnica através de Chamada Pública.

Outrossim, há insuficiência de servidores atuando nesta área, o que tem impossibilitado o devido atendimento de toda a demanda.

2.3.9 Programa 0750 – Apoio Administrativo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Apoio Administrativo.

Objetivo Geral:

Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Gerente do programa: Eva Maria de Sousa Sardinha

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Júlio Ribeiro de Souza

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Não tem.

Público-alvo (beneficiários): Não tem.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁹

⁹ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.9.1 Ação 2000 - Administração da Unidade

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: A atividade padronizada Administração da Unidade substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.

Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa Finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalísticas, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalísticas, mas puderem ser apropriadas a um programa Finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalísticas, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividade-atividade necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Maria do Socorro Freire de Oliveira e
Superintendentes Regionais.

Unidades executoras: Superintendências Regionais e INCRA-SEDE

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	-	-	-	-	-	#DIV/0!

Fonte: PO 2009

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
-	2.608.687,27	2.608.687,27	100%	2.481.397,04	95%	2.481.397,04	100%

Fonte: SIAFI

Os valores foram utilizados para pagamento dos compromissos assumidos na contratação de mão de obra especializada (terceirização), CEB, CAESB, telefonia fixo, local móvel e longa distância, locações (de impressoras e edifício sede da Superintendência Regional), todos imprescindíveis ao bom andamento do trabalhos e atingimento das metas atribuídas a esta Unidade.

2.3.9.2 Ação 2003 - Ações de Informática

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Proporcionar recursos relacionados à área de informática que contribuam para manutenção e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Administração Pública Federal.

Descrição: Despesas relacionadas com informática, como apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; serviços de atendimento e manutenção na área de informática; desenvolvimento de aplicações na área de informática; manutenção de equipamentos de informática; contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infra-estrutura e serviços); locação e aquisição de equipamentos de informática; aquisição de materiais de consumo na área de informática e softwares."

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação:

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	126	A	-	-	-	-	-	-

Fonte: PO 2009

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida		Empenho Emitido		Empenho liquidad		Valor Pago	
	R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
-	73.177,45	73.177,45	100%		6.247,50	8,5%	6.247,50	100%

Fonte: SIAFI

Os valores foram utilizados na aquisição de equipamentos de informática e suprimentos necessários, todos imprescindíveis ao bom andamento dos trabalhos e atingimento das metas atribuídas a esta Unidade

2.4 Desempenho Operacional

2.4.1 Programação Orçamentária

2.4.1.1 Identificação das Unidades Orçamentárias (UO)

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.2 Programação de Despesas Correntes

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.3 Programação de Despesas de Capital

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.4 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.5 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Despesas Correntes						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Internia	Concedidos					
	Recebidos					
Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Despesas de Capital						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Internia	Concedidos					
	Recebidos					
Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte:

NÃO SE APLICA

2.4.2 Execução Orçamentária

Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação	15.059.028,11	10.082.082,84	4.424.988,69	4.763.036,88
Convite	221.300,54	32.758,40	92.307,98	32.758,40
Tomada de Preços	1.885.440,88	1.456.580,60	824.662,87	0,00
Concorrência	8.020.972,16	4.255.243,04	228.986,64	2.123.694,56
Pregão	4.931.314,53	4.337.500,80	3.279.031,20	2.606.583,92
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas	271.100,74	1.051.648,48	271.100,74	899.024,09
Dispensa	108.192,00	931.308,89	107.109,71	867.079,85
Inexigibilidade	162.908,74	120.339,59	14.637,19	31.944,24
Regime de Execução Especial	42.359,08	68.947,10	42.359,08	68.947,10
Suprimento de Fundos	42.359,08	68.947,10	42.359,08	68.947,10
Pagamento de Pessoal	1.135.093,35	1.119.418,07	1.128.019,09	1.119.418,07
Pagamento em Folha	7.074,26	0,00	0,00	0,00
Diárias	1.128.019,09	1.119.418,07	1.128.019,09	1.119.418,07
Outros	35.874.345,79	30.199.047,89	32.019.217,31	15.874.111,14

Obs.:

- Outros – referente valor conta contábil 1.9.2.4.1.02.08 – NÃO APLICÁVEL. Empenhos correspondentes a créditos instalação, habitação ou recuperação (Legislação - INCRA: Norma de Execução nº 79 – 26/12/2008 e Instrução Normativa nº 54 – 22/07/2009).
- Dispensa – a diferença elevada entre despesas empenhadas nos exercícios de 2008 e 2009, deve-se, principalmente, ao fato de que a partir do exercício de 2009, a UJ passa a empenhar despesas com a contratação de aluguel de imóvel, anteriormente realizadas pelo INCRA-Sede.

Para a UJ está sendo construída sua sede própria, com previsão de conclusão para o exercício de 2010.

- Pagamento em Folha – as despesas no pagamento em folha dos servidores são realizadas pelo INCRA-Sede.

Despesa realizada com pagamento de pessoal no valor de R\$ 7.074,26 (exercício 2008), refere-se a auxílio funeral.

Fonte:

- Sistemas SIAFI2008 e SIAFI2009

2.4.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidadas		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	7.074,26	0,00	7.074,26	0,00	0,00	0,00	7.074,26	0,00
1º elemento de despesa	7.074,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00							
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3- Outras Despesas Correntes	7.574.906,00	7.531.996,88	5.924.619,70	5.265.149,61	1.650.286,30	2.266.847,27	5.924.619,70	5.924.619,70
1º elemento de despesa	1.363.160,12	1.371.116,91	1.246.687,10	1.370.009,82	116.473,02	1.107,09	1.246.687,10	1.246.687,10
2º elemento de despesa	1.907.937,76	2.006.092,35	595.102,59	544.918,71	1.312.835,17	1.461.173,64	595.102,59	595.102,59
3º elemento de despesa	1.128.019,09	1.119.418,07	1.128.019,09	1.119.418,07	0,00	0,00	1.128.019,09	1.128.019,09
Demais elementos do grupo	3.175.789,03	3.035.369,55	2.954.810,92	2.230.803,01	220.978,11	804.566,54	2.954.810,92	2.954.810,92

Obs.:

1 – Despesas de Pessoal

1º elemento de despesa: 08 – Outros Benefícios Assistenciais

3 – Outras Despesas Correntes

1º elemento de despesa: 37 – Locação de Mão-de-obra

2º elemento de despesa: 39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

3º elemento de despesa: 14 – Diárias – Pessoal Civil

Fonte:

- Sistemas SIAFI2008 e SIAFI2009

2.4.2.3. Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	10.398.997,60	8.541.822,14	1.265.499,12	5.171.779,93	9.133.498,48	3.370.042,21	1.265.499,12	5.171.779,93
1º elemento de despesa	10.090.377,22	5.711.823,64	1.111.621,13	2.405.257,43	8.978.756,09	3.306.566,21	1.111.621,13	2.405.257,43
2º elemento de despesa	308.620,38	83.942,00	153.877,99	20.466,00	154.742,39	63.476,00	153.877,99	20.466,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	2.746.056,50	0,00	2.746.056,50	0,00	0,00	0,00	2.746.056,50
5 - Inversões Financeiras	33.265.855,86	25.327.907,29	33.265.855,86	25.327.907,29	0,00	0,00	33.265.855,86	25.327.907,29
1º elemento de despesa	20.650.255,86	6.313.507,29	20.650.255,86	6.313.507,29	0,00	0,00	20.650.255,86	6.313.507,29
2º elemento de despesa	12.615.600,00	19.014.400,00	12.615.600,00	19.014.400,00	0,00	0,00	12.615.600,00	19.014.400,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 - Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Obs.:

4 – Investimento

1º elemento – 51 – Obras e Instalações

2º elemento – 52 – Equipamentos e Material Permanente

5 – Inversões Financeiras

1º elemento – 61 – Aquisição de Imóveis

2º elemento – 66 – Crédito Instalação - INCRA

Fonte:

- Sistemas SIAFI2008 e SIAFI2009

2.4.3. Evolução de Gastos Gerais

DESCRIÇÃO	ANOS		
	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	66.607,19	121.540,37	118.761,61
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	1.205.004,75	1.128.019,09	1.119.418,07
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	1.240.856,37	1.363.160,12	1.371.116,91
3.1. Publicidade	0,00	0,00	0,00
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	118.311,72	125.938,71	144.683,55
3.3. Tecnologia da informação	0,00	0,00	0,00
3.4. Outras Terceirizações	1.122.544,65	1.237.221,41	1.226.433,36
4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	-	-	-
5. SUPRIMENTO DE FUNDOS	108.640,50	42.359,08	68.947,10
TOTAIS	3.861.965,18	4.018.238,78	4.049.360,60

Obs.:

- Despesas realizadas por meio de suprimento de fundos (cartão de pagamento do governo federal):
 - . Exercício: 2007 – total das despesas realizadas na modalidade “saque” mediante cartão de pagamento do governo federal.
 - . Exercício: 2008 – total das despesas realizadas na modalidade “OB Fatura” mediante cartão de pagamento do governo federal.
 - . Exercício: 2009 – total das despesas realizadas na modalidade “OB Fatura” mediante cartão de pagamento do governo federal.

Fonte:

- Sistemas SIAFI2007, SIAFI2008 e SIAFI2009

2.4.5. Indicadores de Desempenho

Este item será apresentado no item 16, pois o INCRA tem um conjunto de indicadores elaborados em parceria com o TCU.

Deve -se notar que os indicadores de desempenho estão relacionados às atividades realizadas pela Unidade Jurisdicionada (inclusive suas consolidadas) e podem ser distintos dos indicadores de programas, tornando sua apresentação importante para a avaliação do esforço e da eficiência governamental.

A elaboração desse item deve observar as orientações do TCU

3. Informações sobre a composição de Recursos Humanos

3.1 Composição dos Recursos Humanos

3.1.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos

Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	125	129	Σ
Próprios	125	129	
Requisitados	0	0	
Celetistas	0	0	
Cargos de livre provimento	3	3	Σ
Estatutários	3	3	
Não Estatutários	0	0	
Terceirizados	0	0	
Total	128	132	

Fonte:

3.1.2 Composição e custos de Recursos Humanos

Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009						
Tipologia	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	130	2.079.008,04	178.386,82	3.767.726,32	228.411,00	6.791,52
2008	131	2.984.655,87	257.310,49	4.071.758,23	381.998,63	5.092,98
2009	130	4.153.398,98	242.792,33	2.738.122,80	528.750,65	4.893,12
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	-	-	-	-	-	-
2008	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)						
2007	2		48.347,21			
2008	2		47.723,76			
2009	3		65.375,73			
Requisitados com ônus para a UJ						
2007						
2008						
2009						
Requisitados sem ônus para a UJ						
2007	1					
2008						
2009						

QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	7	93.037,58	53	884.247,14			8	20.309,09
2008	7	90.432,42	53	846.002,34			6	24.248,46
2009	7	121.059,29	53	990.203,70			6	31.061,48

“As informações contidas neste quadro não contemplam os contratos de terceirização de Área-fim, uma vez que não foi celebrado nesta nenhum contrato com esta característica, motivo pelo qual relacionamos os demais contratos”

3.2 Informações sobre os contratos de terceirização de mão-de-obra

Nat.	Contrato	Empresa contratada	Vigência do Contrato		Nível de Escolaridade				Sit.
					Quantidade		Médio		
			Início	Fim	AT	EF	AT	EF	
O	CRT 400/2005	04.944.460/0001-29	01/04/2005	30/03/2010		7			VIGENTE

Observação:
"As informações contidas neste quadro não contemplam os contratos de terceirização de Área-fim, uma vez que não foi celebrado nesta nenhum contrato com esta característica, motivo pelo qual relacionamos os demais contratos"

Fonte: CONTRATO

Nat.	Contrato	Empresa contratada	Vigência do Contrato		Nível de Escolaridade				Sit.
					Quantidade		Médio		
			Início	Fim	AT	EF	AT	EF	
O	CRT 1000/2006	06.090.065/0001-51	17/01/2006	24/04/2010		46		7	VIGENTE

Observação:
"As informações contidas neste quadro não contemplam os contratos de terceirização de Área-fim, uma vez que não foi celebrado nesta nenhum contrato com esta característica, motivo pelo qual relacionamos os demais contratos"

Fonte: CONTRATO

3.3 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos instituídos pela unidade, informando se não os possuir

Referente aos indicadores gerenciais:

Absenteísmo: Conclui que a quantidade de absenteísmo por parte dos servidores lotados nesta Superintendência Regional SR-28/DFE é comprovadamente inexistente, visto que no exercício de 2009 não houve faltas e nem atrasos relatados nas folhas de ponto.

Acidentes de Trabalho: Não houve Acidentes de Trabalho e nem Doenças Ocupacionais.

Perfil Etário: A maioria dos servidores é de fim de carreira.

Rotatividade: No exercício de 2009 foram exonerados mais servidores do que nomeados e mais removidos desta Superintendência do que removido para esta Superintendência, visto que diminui a força de trabalho.

Formação Acadêmica: O Quadro de Pessoal desta Superintendência Regional é composto por servidores de nível médio e superior, sendo a maioria de nível médio.

Desempenho funcional: Os servidores tem tido desempenho funcional satisfatório na realização dos trabalhos, buscando o cumprimento de metas .

3.4 Análise crítica sobre a situação dos recursos humanos

A maioria dos servidores lotados nesta Superintendência Regional estão próximos da aposentadoria, uns por idade outros por tempo de contribuição, visto que será necessário a realização de novas admissões por concurso público para a renovação do Quadro de Pessoal.

4. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

MOVIMENTO DA CONTA CONTÁBIL 2.1.2.1.1.11.00					
UG	CREDOR (CNPJ/CPF)	SALDO INICIAL	MOVIMENTO DEVEDOR	MOVIMENTO CREDOR	SALDO FINAL
		0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte:

- Sistema SIAFI2009.

5. Inscrições em Restos a Pagar no Exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	6.744,73	0,00	6.744,73	0,00
2007	0,00	0,00	0,00	0,00
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	14.638.521,74	4.425.078,44	13.639.761,05	15.220.219,94
2007	18.656.923,75	92.238,22	3.127.201,21	18.660.027,15
...				

Obs.:

- Inscrições em Restos a pagar no exercício de 2009: R\$ 19.796.607,10
- Restos a pagar não processados liquidados no exercício de 2008: R\$ 6.744,73

Fonte:

- Sistemas SIAFI2007, SIAFI2008 e SIAFI2009.

6. Informações sobre transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

Quadro de Detalhamento de Transferências									
Concedente(s)									
UG / CNPJ		Denominação							
133088/37201		Superintendência Regional do INCRA no Distrito Federal e Entorno – SR-28/DFE							
Tipo	Identific.	Convenente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasso total até o exercício	Repasso no exercício	Vigência		Sit.
							Início	Fim	
01	527559	SEAGRO/GO	2.799.182,10	222.753,13	2.139.828,97	152.686,93	27/10/05	03/12/09	0
01	579271	Centro Social Rural de Orizona	139.200,00	19.200,00	120.000,00	0,00	27/12/06	31/03/09	0
01	600661	SEAGRO/GO	1.111.112,00	111.112,00	1.000.000,00	0,00	28/12/07	16/12/09	0
01	704653	PM Alto Paraíso de Goiás - GO	991.362,21	31.362,21	335.448,78	335.448,78	29/10/09	31/08/10	0
01	704657	PM Divinópolis de Goiás - GO	500.000,00	15.000,00	335.000,00	335.000,00	25/11/09	12/03/10	0
01	705005	PM São João D'Aliança - GO	588.562,69	28.562,69	321.304,33	321.304,33	08/12/09	08/12/10	0
01	723036	PM Formosa - GO	706.100,66	52.930,66	0,00	0,00	30/12/09	30/10/10	0

Fonte: SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA - CADASTRO DE TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS
PORTAL DOS CONVÊNIOS - CONSULTA CONVÊNIOS ([https://www.convenios.gov.br/siconv/...](https://www.convenios.gov.br/siconv/))

- As transferências realizadas no exercício visaram contribuir com o desenvolvimento dos assentamentos através do aumento da produção/produtividade, propiciando o bem estar dos trabalhadores assentados e consequentemente a sua fixação definitiva na parcela.
- Esta Unidade padece com a falta de pessoal nas diversas fases do processo de transferência, seja pela falta de capacitação de pessoal para operacionalizar o sistema SICONV, o reduzido número de técnicos especializados para realizar a fiscalização e principalmente, indisponibilidade de servidores suficientes para proceder à análise em prestação de contas de convênios.
- Não houve inscrição de inadimplência para os convênios supra relacionados.
- Quanto à situação das transferências efetuadas no exercício:
 - Transferência no valor de R\$ 152.686,93, referente ao convênio 527559, corresponde a valor empenhado no exercício de 2007, considerando o estabelecido nos Decretos nº 93.872/86, art. 35, Inciso III; e, nº 7.057/2009 – que prorrogou a validade dos restos a pagar não processados inscritos nos exercícios financeiros de 2007 e 2008.
 - Quanto às demais transferências efetuadas no exercício (convênios 704653, 704657 e 705005), atenderam ao estabelecido no Decreto nº 6.752, art. 12, § 1º, sendo celebrados até 31 de dezembro de 2009.

7. Previdência Complementar Patrocinada

NÃO SE APLICA

8. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

NÃO SE APLICA

9. Renúncias tributárias

NÃO SE APLICA

10. Operações de fundos

NÃO SE APLICA

11A. Recomendações do Órgão ou da Unidade de Controle Interno

NÃO TEVE

11B. Determinações e recomendações do TCU

NÃO TEVE

12. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticadas no exercício

Informamos que no exercício de 2009 houve 3 (três) exonerações, não houve admissão, aposentadoria e pensão.

13. Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV

Declaro que as informações referentes aos contratos e convênios firmados pela Superintendência Regional do INCRA no Distrito Federal e Entorno no exercício de 2009, abaixo relacionados, estão disponíveis respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

CONTRATOS			CONVÊNIOS
CRT 01.000/2009	CRT 08.000/2009	CRT 14.000/2009	704653/2009
CRT 02.000/2009	CRT 09.000/2009	CRT 15.000/2009	704657/2009
CRT 04.000/2009	CRT 10.000/2009	CRT 16.000/2009	705005/2009
CRT 05.000/2009	CRT 11.000/2009	CRT 17.000/2009	723036/2009
CRT 06.000/2009	CRT 12.000/2009	CRT 18.000/2009	
CRT 07.000/2009	CRT 13.000/2009	CRT 19.000/2009	

14. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão

Outras informações consideradas, pelos responsáveis, relevantes para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão.

15. Informações Contábeis da Gestão

Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.

16. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins